

PREFEITURA DE ITAMBARACÁ

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXO I**

JUNHO/2015

AMARILDO TOSTES

Prefeito

CARLOS CESAR DE CARVALHO

Vice-Prefeito

REGINALDO TICIANEL

Secretário de Administração

DIOMAR SANTIN TOSTES

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

CLÁUDIO OSSAMU KOHATA

Presidente da Câmara de Vereadores

AGNALDO JOSÉ XAVIER DE BARROS

APARECIDO PEREIRA DE SOUZA

CELSO NILLO

CLAUDEMIR PELLEGRINI

EDCLÁUDIO PEDROSO

FRANCISCO SANCHES FILHO

MARCOS PATTI

MARCUS VINÍCIUS DE ANDRADE

Vereadores

**COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE
ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Membro	Função/cargo	Segmento
Diomar Santin Tostes	Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Cláudia Mariel Parralego	Assessora Pedagógica	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Andréia Soares Alexandre	Assessora Pedagógica	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Arlete Aparecida Debiazzi Marinho	Diretora de Instituição Escolar Municipal	Escola Municipal Professora Elza Ruiz Vieira
Edna Aparecida Xavier de Barros Martins	Diretora de Instituição Escolar Municipal	Escola Municipal Sebastião Severino da Silva
Jacira Silva Vale	Diretora de Instituição Escolar Municipal	Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta
Silvia Carvalho Silva	Diretora de Instituição Escolar Municipal	Escola Municipal João Paulo II
Shirlei Aparecida de Andrade Corrêa	Professora da Rede Municipal - Educação Infantil	Escola Municipal Professora Elza Ruiz Vieira
Grayce Kelly Bianconi	Professora da Rede Municipal – Ensino Fundamental	Escola Municipal Sebastião Severino da Silva
Juliana Helena De Grande	Professora da Rede Municipal - Educação Infantil	Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta
Rosana Aparecida Mendes Batista Aron	Professora da Rede Municipal – Ensino Fundamental e EJA	Escola Municipal João Paulo II
Amélia Rosana da Costa	Professora da Rede Estadual – Ensino Fundamental	Colégio Estadual Marcílio Dias
Elaine Regina da Costa Tonet	Professora da Rede Estadual – Ensino Médio	Colégio Estadual Marcílio Dias
Demilce Rossetti do Carmo	Professora da Rede Estadual – Ensino Profissional	Colégio Estadual Marcílio Dias
Lucinéia de Fátima Garcia Soares	Professora da Rede Estadual – Ensino Fundamental	Escola Estadual do Campo Mirazinha Braga
Alice Okada	Professora da Rede Estadual – Ensino Fundamental	Escola Estadual do Bairro Raul Marinho
Marcos Patti	Vereador	Câmara Municipal

Membro	Função/cargo	Segmento
Daiana Alves de Lima Ramos	Assessora Jurídica do Departamento Jurídico	Prefeitura Municipal
Luiz Rogério dos Santos	Representante do Departamento de Contabilidade	Prefeitura Municipal
Reginaldo Ticianel	Representante do Departamento Financeiro	Prefeitura Municipal
Aparecida Rodrigues Paschoal	Representante do Conselho do FUNDEB	Conselho FUNDEB
Valéria Aparecida Bonacin	Presidente do Conselho Tutelar	Conselho Tutelar
Maria Leodice Jussiani Dias	Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO
ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE

GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL

Instituições:

- **Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta**
- **Centro Municipal de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira**

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
ANGÉLICA MENDES
APARECIDA DULCE BIANCONI BENETTI
CIBELE DE CÁSSIA VELANI CORNA
CRISTIANE THEODORO FUZETO
ELISANGELA SOARES KOHATA
FÁTIMA APARECIDA SAUGO FUZETO
JACIRA SILVA DO VALE
JULIANA HELENA DE GRANDE
JULIANE CAROLINE SANTANA
KÁTIA MARIA RUIZ DE LIMA
KIKIA KÁTIA VIEIRA MACHADO
MARIA CÍCERA BARBOSA
MARIA JÚLIA DE CAMPOS PACHECO
MARIA LUIZA CANDIDO
NEIDE ROMANINI XAVIER DE BARROS
RENATA CRISTINA DOS SANTOS
SHIRLEI APARECIDA DE ANDRADE
SILVANA APARECIDA SOARES ZAMBONI
SILVETE ARON ALHÃO JUSSIANI
SILVIA RENATA MUNHOZ
SOLANGE APARECIDA DOS SANTOS SEVERINO
VERA LÚCIA DA SILVA PEREIRA
ZÉLIA FABRIS

ENSINO FUNDAMENTAL (anos iniciais e anos finais)

Instituições da Rede Municipal:

- **Escola Municipal João Paulo II - Ensino Fundamental**
- **Escola Municipal Sebastião Severino da Silva – Ensino Fundamental**

ADRIANA APARECIDA SOARES DOS SANTOS
ADRIANA MUNHOZ
ANA HELENA DE FREITAS PEREIRA
AUREA AKIKO OSHIRO ZANATTA
CAMILA IRIS ZAMBONI
CÉLIA REGINA DA ROSA ROMERO
CLARICE LUCCAS DE FREITAS
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO

DAYANE APARECIDA BUENO DA SILVA
ELAINE DE SOUZA OLIVEIRA
ELÉIA RODRIGUES TEODORO SANTIN
ENA APARECIDA XAVIER DE BARROS MARTINS
FLÁVIA KARINE MUNHOZ XAVIER
GILMARA APARECIDA FERREIRA
GLÁUCIA APARECIDA DALBÉM DA SILVA
GRAYCE KELLY BIANCONI
IVANI JOSÉ ALVES
JOÃO BAIL NETO
LÚCIA VITOR RAMOS
MÁRCIA APARECIDA DE BIAGGI
MARIA AUXILIADORA DE ANDRADE SCARAMAL
MARIA LEODICE JUSSIANE DIAS
MARLENE CHAGAS DA COSTA
MICHELI CRISTIANA NEVES ROBERTO
RAILDA CRISTINA PEREIRA FABRIS
ROSEMARY DE ANDRADE PEREIRA GIANINI
ROSIMARI BÚBULA HASHIGUTI
SILVIA CARVALHO DA SILVA
SONIA APARECIDA RUFATTO MACHADO
TEREZINHA PASCHOAL

Instituições da Rede Estadual:

- **Colégio Estadual Marcílio Dias**
- **Escola Estadual do Campo do Bairro Raul Marinho**
- **Escola Estadual do Campo Mirazinha Braga**

ALICE OKADA
ANA CRISTINA OSSOVSKI
ANA PAULA VIEIRA
CICERA APARECIDA DE SOUZA FAUSTINO
CLAUDINEIA APARECIDA LEANDRO
CLEUSA CRISTINA DE SIQUEIRA
DEMILCE ROSSETTI DO CARMO
DIRCE ODILIA JARDIM SANTIN
ELIANE DE ALMEIDA CARVALHO
ELIEIDE DE SOUZA CARVALHO
FÁTIMA TEREZINHA DE GRANDE FERIATO
ISABEL MONTEIRO DA SILVA OUTUKI
LÚCIA MARIA ALVES
LUCIANA APARECIDA KAJIWARA
LUCINÉIA DE FÁTIMA GARCIA SOARES
LUZINETE PEREIRA DA SILVA
MARCIA APARECIDA DE BIAGGI
MARIA ALICE FERIATO
MARIA HELENA CHEIRUBIM DOS SANTOS
MARIA HIDEKO MAKIYAMA ONO
MIGUEL PASCHOAL FILHO
MIRIANE MATUCHA DE SIQUEIRA MALUTA
REGINA APARECIDA ALMAGRO VIEIRA

REGINA MASSAE ASSEGA OSHIRO
REGINALDO DOS SANTOS SEABRA
ROSEMARY CRISTINA GONÇALVES DE BIAGGI
ROSIMARI APARECIDA DE SOUZA ZAMBONI
TAMIRES RIBEIRO
VALDINÉIA LEANDRO

ENSINO MÉDIO

Instituição:

- **Colégio Estadual Marcílio Dias**

AMÉLIA ROSANA DA COSTA
ANA CAPELLARI DE SOUZA
ANA CAPELLARI DE SOUZA
ANA PAULA BENIGNO DA SILVA
ANDREIA REGINA GONÇALVES BARROS
AYAKO OUTI
CICERA APARECIDA DE SOUZA FAUSTINO
ELAINE REGINA COSTA TONET
FLAVIA KARINE MUNHOZ XAVIER
ISABEL MONTEIRO DA SILVA OUTUKI
LOURDES UESU OSHIRO
LUCINÉIA DE FÁTIMA GARIA SOARES
MARIA DO CARMO SANTINI
MARIA SIVIA VIEIRA PELLEGRINI
MARINA MASSACO TASHIMA
NEUSA MARIA DOS SANTOS GOMES
REGINA MASSAE ASSEGA OSHIRO
ROSIANE MARIA TONET
SHIRLEI APARECIDA VIEIRA BARROS
SIMONE CRISTINA ALEXANDRE ANDRADE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Instituições:

- **Escola Municipal João Paulo II**
- **Colégio Estadual Marcílio Dias**

ALEXANDRA CARVALHO DA SILVA RAMOS
ANA CAPELLARI DE SOUZA
GLÁUCIA APARECIDA DALBÉM DA SILVA
ISABEL MONTEIRO DA SILVA OUTUKI
LOURDES SANTIN
MARINA MASSACO TASHIMA
MITIYO OUTUKI
NEUSA MARIA DOS SANTOS GOMES
SILVIA CARVALHO DA SILVA

EDUCAÇÃO ESPECIAL

APARECIDA RODRIGUES PASCHOAL
MARJORIE AGRE LEÃO
SILVIA MARIA DE QUEIRÓZ DE LIMA
TATIANE ELIAS DA SILVA PEREIRA

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
APARECIDA RODRIGUES PASCHOAL
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO
DIOMAR SANTIN TOSTES
GISELI CRISTINA ALVES
MARIA LEODICE JUSSIANE DIAS

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
APARECIDA RODRIGUES PASCHOAL
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO
DIOMAR SANTIN TOSTES
MARIA LEODICE JUSSIANE DIAS

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
APARECIDA RODRIGUES PASCHOAL
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO
DIOMAR SANTIN TOSTES
MARIA LEODICE JUSSIANE DIAS

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO FINANCIAMENTO E GESTÃO

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
ARLETE APARECIDA DEBIAZZI MARINHO
AUREA AKIKO OSHIRO ZANATTA
AYAKO OUTI
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO
DIOMAR SANTIN TOSTES
GILMARA APARECIDA FERREIRA
GRAYCE KELLY BIANCONI
IVANI JOSÉ ALVES
MARIA JÚLIA DE CAMPOS PACHECO
TEREZINHA PASCHOAL

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
APARECIDA RODRIGUES PASCHOAL
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO
DIOMAR SANTIN TOSTES
MARIA LEODICE JUSSIANE DIAS

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANA CRISTINA OSSOVSKI
ARLETE APARECIDA DEBIAZZI MARINHO
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO
DIOMAR SANTIM TOSTES
EDNA APARECIDA XAVIER DE BARROS MARTINS
ELIEIDE DE SOUZA CARVALHO
ISABEL MONTEIRO DA SILVA OUTUKI
JACIRA SILVA VALE
MARIA LEODICE JUSSIANE DIAS
SILVIA CARVALHO DA SILVA MENEGASSO

CONSULTORIA
GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
I - APRESENTAÇÃO.....	16
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	17
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	17
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	20
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	28
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	29
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	29
6. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	36
III - DIAGNÓSTICOS.....	40
1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	40
1.1 Atendimento.....	40
1.2 Infraestrutura.....	41
1.3 Recursos Humanos.....	43
1.4 Considerações Finais.....	44
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	45
3. ENSINO MÉDIO.....	49
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	52
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	53
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	56
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	58
8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	66
9. FINANCIAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	72
10. GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	76
IV - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	79
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	80
SITES CONSULTADOS.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEI	Associação Cultural e Esportiva de Itambaracá
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEMUCI	Festival Municipal da Canção de Itambaracá
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPA	Massa Polar Atlântica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEFE	Sistema Educacional Família e Escola
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERE	Sistema Estadual de Registro Estadual
SIGET	Sistema de Gestão do Transporte Escolar
UDN	União Democrática Nacional
UFPR	Universidade Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Localização do Município no Estado do Paraná.....	17
Figura 2.	Fotos de Itambaracá.....	25
Figura 3.	Bandeira e Brasão de Armas de Itambaracá.....	26
Figura 4.	Fotos do FEMUCI.....	30
Figura 5.	Participação dos alunos na Festa Junina.....	31
Figura 6.	Fotos do Bom Odori.....	31
Figura 7.	Festa do Dia das Crianças.....	32
Figura 8.	Participação das crianças na Noite Cultural.....	33
Figura 9.	Escola Municipal João Paulo II.....	33
Figura 10.	Crianças participando da comemoração do aniversário do Município, 2015.....	34
Figura 11.	Mostra dos artistas plásticos e artesãos de Itambaracá.....	34
Figura 12.	Imagens das comemorações alusivas ao Natal.....	35
Figura 13.	Imagens do Grupo de Folia de Reis.....	35
Figura 14.	Fanfarra Municipal.....	36
Figura 15.	Coral Santa Cecília.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Matrículas da educação básica no Município, 2015.....	39
Gráfico 1.1.	Matrículas da educação infantil por turno, 2015.....	41
Gráfico 1.2.	Matrículas da educação infantil por faixa etária, 2015.....	41
Gráfico 2.1.	Matrículas do ensino fundamental por rede de ensino, 2015.....	45
Gráfico 2.2.	IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021.....	48
Gráfico 2.3.	IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	População total de Itambaracá, 1991/2010.....	28
Tabela 2.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Itambaracá e seus componentes, 1991/2010.....	28
Tabela 3.	Escolas cessadas no Município, 1981/2015.....	37
Tabela 1.1.	Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015.....	40
Tabela 1.2.	Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015.....	40
Tabela 1.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015.....	41
Tabela 1.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	41
Tabela 1.5.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015.....	43
Tabela 2.1.	Evolução das matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015.....	45
Tabela 2.2.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....	46
Tabela 2.3.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015.....	46
Tabela 2.4.	Rendimento e movimento escolar no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	47
Tabela 2.5.	Resultados dos IDEBs de 2005-2013 no ensino fundamental e as metas previstas para o período de 2007-2021.....	47
Tabela 3.1.	Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015.....	49
Tabela 3.2.	Matrículas do ensino médio profissionalizante, 2011 – 2015.....	49
Tabela 3.3.	Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	49
Tabela 3.4.	Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio profissionalizante, por rede de ensino, 2011 – 2014....	50
Tabela 3.5.	Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015.....	50
Tabela 5.1.	Oferta da EJA, 2015.....	53
Tabela 5.2.	Recursos humanos para o atendimento da EJA na rede municipal e estadual de ensino, 2015.....	54
Tabela 7.1.	Evolução dos alunos de Itambaracá atendidos na Escola Pequeno Príncipe de Bandeirantes, 2011 – 2015.....	58
Tabela 7.2.	Infraestrutura da Escola Pequeno Príncipe, 2015.....	58
Tabela 7.3.	Recursos humanos da Escola Pequeno Príncipe, 2015.....	60
Tabela 7.4.	Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015.....	61

Tabela 7.5.	Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015.....	61
Tabela 7.6.	Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação por etapa/modalidade de ensino, inclusos em classes regulares em 2015.....	61
Tabela 7.7.	Infraestrutura das Escolas Municipais Sebastião Severino da Silva e João Paulo II, 2015.....	62
Tabela 7.8.	Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015.....	63
Tabela 7.9.	Atendimento da educação especial na rede municipal de ensino, 2015.....	63
Tabela 7.10.	Atendimento da educação especial na rede estadual de ensino, 2015.....	64
Tabela 8.1.	Tabela salarial para o cargo de professor (20 horas), vigente em 2015.....	67
Tabela 8.2.	Tabela salarial para o cargo de professor de educação infantil (30 horas), vigente em 2015.....	68
Tabela 8.3.	Formação dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, 2015.....	70
Tabela 9.1.	Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015.....	72
Tabela 9.2.	Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	73
Tabela 9.3.	Indicadores de educação, 2013 – 2015.....	73
Tabela 9.4.	Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015.....	73
Tabela 9.5.	Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015.....	74
Tabela 9.6.	Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015.....	74
Tabela 9.7.	Frota própria de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2015.....	74
Tabela 9.8.	Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015.....	74
Tabela 9.9.	Alunos transportados ao ano, segundo o trajeto, 2013 – 2015.....	75
Tabela 10.1.	Organização das instituições de ensino da rede municipal, 2015.....	76
Tabela 10.2.	Laboratórios de informática, 2015.....	77

I - APRESENTAÇÃO

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.”

Paulo Freire

A convivência de todo ser humano, numa sociedade solidária e desenvolvida, só poderá tornar-se realidade se tiver à frente da “educação de qualidade”, um instrumento poderoso de transformação social.

Baseado nesta premissa é que se estabeleceu o processo de construção do Plano Municipal de Educação (PME) no município de Itambaracá.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, determinou para o país o Plano Nacional de Educação (PNE), comprometendo os estados e municípios a construírem também os seus planos educacionais para serem executados durante um período de dez anos.

Não só pela determinação legal de se construir um Plano Municipal de Educação, mas pelo entendimento do poder e da força transformadora que tem a educação na sociedade, é que o Município, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, construiu seu Plano Municipal de Educação.

O envolvimento da sociedade e de todos os agentes diretamente ligados ao processo educacional dá a este Plano, a legitimidade necessária para sua implantação, execução, acompanhamento e avaliação por todos os atores que participaram na sua elaboração.

O desafio está posto por este documento, o qual se pode considerar, para a próxima década educacional do Município, um bem precioso, pois resultou do sonhar, do pensar e do querer da própria comunidade, e o seu sucesso, depende do compromisso daqueles que deverão colocá-lo em prática.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Localização: o município de Itambaracá situa-se na região sul do Brasil, na porção norte do Estado do Paraná, fazendo divisa com o Estado de São Paulo. Com uma área total de 207 quilômetros quadrados, está localizado no Terceiro Planalto Paranaense, cujas coordenadas geográficas são: entre os meridianos 50°18" e 50°33" de longitude Oeste e, entre os paralelos 23°01" e 24°05" de latitude Sul. A distância da capital do Estado é de 480 quilômetros. A figura a seguir mostra o posicionamento do Município dentro do Estado do Paraná.

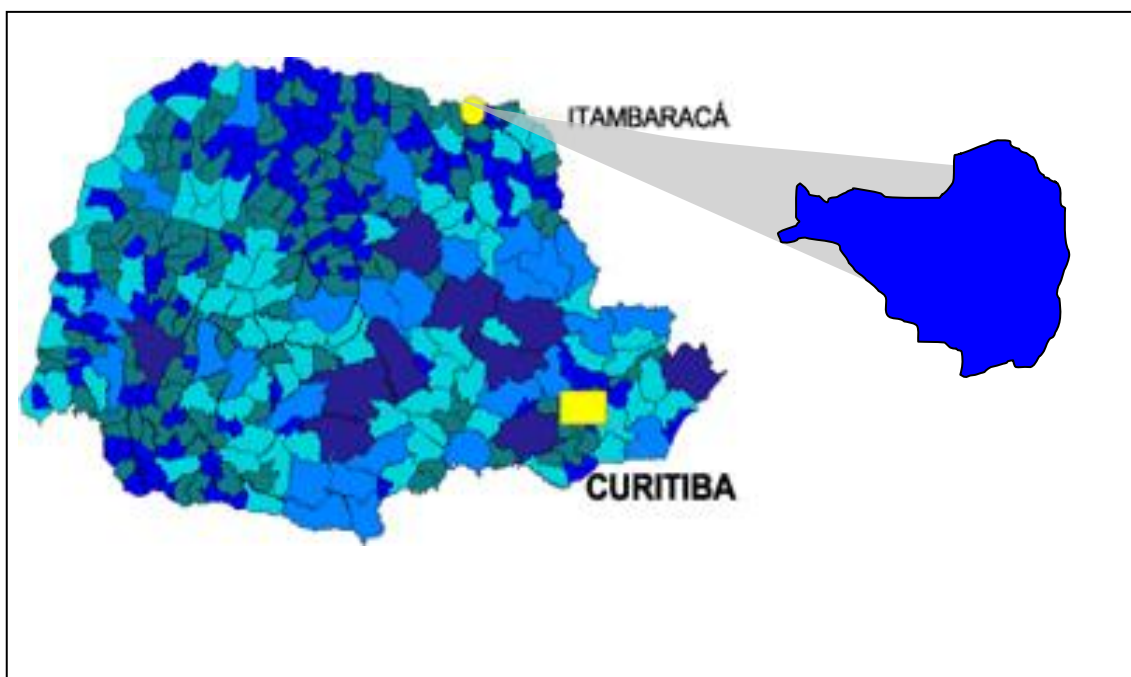


Figura 1. Localização do Município no Estado do Paraná

Fonte: Plano Municipal de Educação de Itambaracá, 2008.

Limites: ao norte com o Estado de São Paulo (municípios de Cândido Mota e Palmital, servindo como marco divisório o Rio Paranapanema); ao sul com o município de Bandeirantes, tendo como divisor o Rio das Cinzas; a leste com o município de Andirá; a oeste com o município de Santa Mariana.

Divisão Administrativa: além da sede, o Município de Itambaracá possui o Distrito São Joaquim do Pontal, o Bairro Raul Marinho e o Bairro Pedra Branca.

Distrito São Joaquim do Pontal: não se tem dados precisos sobre o início do povoamento do Distrito São Joaquim do Pontal. Sabe-se que Joaquim Alves de Toledo, conhecido como Joaquim Dama, um fazendeiro abastado na época, doou as terras para a formação do pequeno patrimônio localizado entre a ponta de terra que avança pelos rios Paranapanema e das Cinzas. Segundo depoimentos orais, os primeiros moradores foram, dentre outros: o comerciante conhecido como Maneco Barreiro, Benedito Daniel, Joaquim Dantas, Aquilies Franco, Aníbal Domingues de Oliveira, Constante Jussiani e Otávio Tondato.

O Distrito foi criado pela Lei Municipal nº 81, de 21 de dezembro de 1953, tornando-se, dessa forma, Distrito do município de Andirá. Quando da elevação de Itambaracá à categoria de Município, São Joaquim do Pontal transformou-se em Distrito Administrativo.

O Distrito já possuía, na época, uma escola que funcionava em uma choupana. As aulas eram ministradas por Antonia Maria Tiago. Com o passar do tempo, o número de crianças foi aumentando, sendo preciso construir uma nova escola. Em 1960, Teodomiro Alves de Brito, na época vereador do Município, doou terrenos para a construção de um grupo escolar, uma nova capela, e uma cadeia pública (hoje demolida).

Ligado à cidade de Itambaracá, pela estrada pavimentada Servilho Cherubim, de cerca de 11 quilômetros, São Joaquim do Pontal é passagem obrigatória para o acesso via Paraná, para as margens da Represa do Complexo Canoas I. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2007), a população do Distrito reduziu muito, pois seus moradores partiram em busca de melhores oportunidades. No entanto, ainda conta em sua zona urbana com muitas casas de moradia, um pequeno comércio, um centro municipal de educação infantil, igrejas, prédio escolar de propriedade do governo do Estado, onde funciona a Escola Estadual do Campo Mirazinha Braga, um miniposto de saúde, poço artesiano e um posto telefônico.

Bairro Raul Marinho: o pioneiro Raul Teixeira Marinho, juntamente com seus irmãos, chegou no povoado em formação chamado Jaborandi, no ano de 1923. Quando já havia conseguido algum sucesso com o plantio do café, Raul Teixeira Marinho doou uma pequena área, onde já se encontravam alguns moradores como Luiz Nascimento, José de Freitas Guimarães (José Cesário) e Antonio Pedro Marinho (o primeiro comerciante do lugar), dando início ao atual Bairro Raul Marinho.

Com o Bairro, surgiu também a primeira escola denominada Escola Santa Adélia, cuja professora foi Décia de Almeida Marinho, que alfabetizava os filhos dos colonos, mesmo sem remuneração para este trabalho.

O Bairro Raul Marinho possui alguns estabelecimentos comerciais, um miniposto de saúde, uma capela rodeada por uma praça, poço artesiano, um prédio escolar de propriedade da Prefeitura onde funciona a Escola Estadual do Campo do Bairro Raul Marinho.

Bairro Pedra Branca: o Bairro Pedra Branca surgiu na propriedade dos irmãos Marinho, concentrando atualmente (2015), um pequeno núcleo ao redor de uma pequena capela. Neste bairro agrícola, o forte é a piscicultura e o manejo de estufas que produzem alimentos para os grandes centros, fica distante da sede da cidade, possui boas estradas que facilitam o escoamento agrícola. De modo privilegiado, encontra-se localizado ao longo das margens do Rio Paranapanema, local com forte potencial turístico e com muitas casas de veraneio.

Os pioneiros mais destacados no Bairro pertencem à família Olinto Alves, cujo patriarca Custódio Olinto Alves, nasceu em Muzambinho, Minas Gerais, em 15

de julho de 1905. Custódio se casou com América Francisca de Souza no ano de 1924 e, em 1925, comprou 90 alqueires de uma moradora conhecida como "Cotinha". A propriedade, batizada de Fazenda Boa Vista, foi sendo desmembrada, e os seus irmãos foram construindo as casas, surgindo, desta forma, o Bairro Pedra Branca (a gleba a qual as terras pertenciam se chamava Pedra Branca). Custódio viveu até o ano de 1990, e sua esposa até 2003, deixando 17 netos, 43 bisnetos e oito tataranetos.

Estrutura Geológica: do ponto de vista geológico, o Município situa-se sobre os espessos derrames de lavas básicas compactas da Formação Serra Geral (Jurássico - Cretáceo Formação Serra Geral), datada da era mesozóica. Do ponto de vista morfoestrutural, Itambaracá inclui-se na Bacia Sedimentar do Paraná. Na região norte do Paraná, o derrame de "trapp" da Formação Serra Geral apresenta espessuras variadas sendo alternados por estreitas lentes de arenitos eólicos da Formação Botucatu. As possantes massas de lavas ascenderam-se através das fendas tectônicas como os diques de diabásios. Os platôs e mesetas das divisões de água representam, nesta região, as linhas orográficas principais, que acompanham as fendas estruturais das rochas eruptivas básicas.

Os principais tipos de rochas aflorantes são: basalto, basalto amigdaloidal e diabásios. Grande parte dos solos norte paranaenses e, sobretudo de Itambaracá, são constituídos pela Terra Roxa Estruturada e pelo Latossolo Roxo, ambos de excelente qualidade. Esses dois tipos de solo destacam-se devido à sua elevada fertilidade natural, pois são profundos, bem desenvolvidos e drenados, não apresentando praticamente nenhuma restrição ao uso.

Clima: as condições médias da atmosfera que identificam o clima de Itambaracá são definidas pela situação geográfica do Município no Estado, e deste, em relação ao planeta, situando-se ao norte do Trópico de Capricórnio. Por conta dos elementos e fatores climáticos observados, Köeppen classificou como tipo climático predominante nesta região o *Cfa* (Clima Subtropical Úmido - Mesotérmico, sem estação seca definida, verão quente e geadas menos frequentes), definidos pela constância das chuvas, pela variação da temperatura e pelas características tipo altimétricas do relevo.

Cortada pelo Paralelo 23° latitude sul, a região onde se situa Itambaracá, apresenta características tipicamente de clima tropical, com clima quente e úmido durante o ano, e em aproximadamente oito meses, predominam o calor e a umidade, enquanto os demais meses restantes caracterizam-se pela estiagem e esporadicamente pelas geadas, e que quando ocorrem, indicam fortes emissões da Massa Polar Atlântica (MPA), provocando, na maioria das vezes, apenas quedas bruscas de temperatura, precedidas pelas chuvas frontais.

Hidrografia: o Município é cortado pelos rios Paranapanema, das Cinzas e Laranjinha, sendo os dois primeiros de grande extensão, apresentando uma densa e perene rede hidrográfica. Os rios que drenam o território municipal correm no sentido oeste e fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, a qual é subdividida em várias sub-bacias. A sub-bacia do Paranapanema

engloba toda a parte oriental do Município, onde foram criados vários projetos de criação de peixes em tanque rede, que está dando resultado e proporcionando aos criadores uma melhoria da qualidade de vida com a venda dos peixes e a geração de empregos; enquanto que o espaço oeste é drenado pelo Rio das Cinzas.

No Rio Paranapanema está localizada a Hidroelétrica Canoas I, usina que traz em seu projeto uma grande preocupação pela preservação do meio ambiente. Diversos programas ambientais são realizados visando preservar substancial parcela da flora e da fauna nas áreas que circundam os empreendimentos.

A área urbana do Município é drenada pelo córrego Jaborandi, que é afluente da margem direita do Rio das Cinzas. Vários córregos e ribeirões são drenados pela bacia do Rio das Cinzas e pela bacia do Rio Paranapanema. Pelo Rio Paranapanema navega uma balsa da empresa particular denominada AREALVA, que fica ancorada no Porto Almeida/Pedra Branca, localizada em Itambaracá e que faz a travessia diariamente, até a margem oposta que liga a cidade de Cândido Mota, localizada no Estado de São Paulo.

Vegetação: a vegetação é o reflexo da integração de um conjunto de fatores naturais, dentre os quais o clima, a altitude, a latitude e o solo. As abundantes precipitações pluviométricas permitiram o surgimento da vegetação florestal. Originalmente, cobria o território itambaracaense, a densa floresta perene folia subtropical, com espécies frequentes de perobas, cedros, canelas, ipês e tantas outras de grande importância. Com a colonização da região e a implantação da cultura cafeeira, iniciou-se uma acelerada destruição da cobertura florestal original. Hoje (2015), Itambaracá através de programas especiais, replantou às margens dos rios várias árvores nativas. A cidade é toda arborizada, com plantio de aproximadamente 2.000 árvores de várias espécies, tais como: grevilha, chapéu-de-praia, ipê-roxo, sibipuruna, manacá, quaresmeira, entre outras.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

Ocupação histórica da Região Norte do Paraná: segundo Balhana (1996), no Livro História do Paraná, foi somente a partir de 1860 que penetraram pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros, os quais iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no Norte Paranaense.

As fazendas, nesta fase, constituíam-se de grandes propriedades, sendo que a produção destas era escoada para São Paulo. As técnicas agrícolas e o regime de trabalho eram todos prolongamentos das práticas tradicionais paulistas.

De acordo com o referido autor, a penetração mais expressiva e povoadora só seria iniciada no início do século XX, quando a conjuntura nacional tornaria procurada e preferida as terras férteis do Paraná para o café.

Balhana (1996), afirma que nas primeiras décadas do século, com a fundação de Jacarezinho, em 1900, Cambará, em 1904, Bandeirantes, em 1921, e Cornélio Procópio, em 1924, foi proporcionada, com a chegada a Ourinhos

(1908) dos trilhos da estrada de Ferro Sorocabana, a colonização da área entre o Rio Itararé e o Rio Tibagi, caracterizada também pela ocupação espontânea dos fazendeiros que, como empresa privada, individual, estabeleciam as suas fazendas em terras adquiridas na região. Esta ocupação estendeu-se até às margens do Rio Tibagi e completou-se no decênio de 1920. Contudo, não ocuparam toda a extensão da área, por completo, restando terras à sua retaguarda, que seriam, mais tarde, ocupadas inclusive por colonização dirigida, como foi o caso da Colônia de Assaí.

De acordo com El Khatib (1969), no Livro História do Paraná, a maneira como se deu a ocupação das terras constituiu-se num fenômeno peculiar na história do Paraná, tendo como resultado a conjunção de vários fatores, dentre os quais destacam-se: "a qualidade das terras; a evolução da cafeicultura paulista neste período; o surto de industrialização de São Paulo, a partir da década de 1930 e a situação da economia nacional no contexto internacional, depois da crise de 1929." Neste sentido, entende-se que a cultura do café foi responsável pela ocupação do Norte Paranaense, pois encontrou uma combinação conveniente de solos e clima favoráveis.

Fundação do Município e seu histórico: segundo Bufferly (1958), a cidade de Itambaracá foi fundada pela Prefeitura de Jacarezinho, em 1922, quando era possuidora de 35 alqueires de terras às margens do córrego Jaborandi. Dividida e demarcada esta área, formou-se ali um pequeno povoado que recebeu o nome de Jaborandi, tendo esse nome devido à abundância dessa planta medicinal de propriedades diuréticas e oxiuricidas e por estar situada às margens do córrego do mesmo nome.

Este pequeno Patrimônio pertencia à Jacarezinho até seu desmembramento e a criação do município de Cambará, ao qual passou a pertencer juntamente com o patrimônio Ingá, até 1943, quando pelo Decreto-Lei Estadual nº 199, de 31 de dezembro, foi criado o município de Andirá, passando Jaborandi a ser Distrito Administrativo, tendo o seu nome mudado para Itambaracá, que significa na linguagem indígena "Pedra do Amor". Esta escolha aconteceu porque no Estado de São Paulo já havia uma cidade com o nome de Jaborandi.

No ano de 1980, foram encontrados vestígios indígenas na confluência do Rio Paranapanema e Rio das Cinzas. A descoberta arqueológica revelou um cemitério indígena que guardava várias urnas enterradas contendo ossos que, segundo pesquisas, pertenceram aos índios das nações Tupi e que habitavam a região há cerca de seiscentos anos. Esse material se encontra exposto no Museu do Indígena da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Paranaguá, levados pelo professor de Ciências, João Galdino.

Toda a documentação disponível encontrada em cartório no município de Andirá indica que nos primórdios do Patrimônio Jaborandi, as áreas em suas proximidades foram demarcadas como quinhões. O quinhão de nº 9, dividido em várias propriedades corresponde, hoje, à área rural do município de Andirá e que os quinhões 11 e 12 correspondem ao município de Itambaracá. Parte do quinhão 11 corresponde, hoje, à propriedade dos irmãos Marinho, enquanto que parte do quinhão 12, corresponde à fazenda de Fernando Camargo. O quinhão de nº 13 correspondente ao município de Bandeirantes, onde hoje está

situada a Usina Bandeirantes, de propriedade do Grupo Meneguel. Esses quinhões começaram a serem vendidos por Joaquim Severo Batista e sua esposa, ao Conde Álvares Penteado, em 13 de junho de 1887. Isso significa que, ao longo dos anos, muitos foram os proprietários de grandes ou pequenas áreas localizadas na região de onde surgiu o Patrimônio Jaborandi.

Segundo Wachowicz (1988), o pioneiro Joaquim Severo Batista, vivia em São Simeão, Estado de São Paulo, onde se casou com sua prima Maria Teodora, com quem formou uma fazenda de café. Em visita a um amigo na cidade vizinha de Casa Branca, Doutor Pedro, ficou sabendo das terras devolutas na porção norte do Paraná. Nessa época, era presidente da província paranaense o Doutor Brasília Machado. Joaquim Severo Batista interessou-se pelas terras, enviando seu irmão Tinhano, para Curitiba com a intenção de legalizar as terras. Logo em seguida, Batista e Tião, dirigiram-se para Castro, que era sede da Comarca de todo o setentrião paranaense.

Foram muitos dias de viagens pela mata ou por caminhos escusos, atravessando o Rio Paranapanema em uma pequena canoa. Quando finalmente pisaram nas terras paranaenses, Batista ficou maravilhado com as terras férteis que avistou, reconhecendo que o padrão da terra era verdadeiramente bom para o café.

Prosseguindo em sua viagem, Severo Batista chegou em Castro, onde encontrou cartas de seu irmão. Nessas cartas havia instruções para legalizar as terras, procedendo a justificação de sua posse perante o juiz local, remetendo ainda a nomeação de um Juiz Comissário, na pessoa do Agrimensor João Alves de Oliveira Negrão.

Feito o registro das terras, Batista e mais alguns companheiros, dirigiram-se para o local das terras, onde deram início aos trabalhos, começando pela cravação do "marco" principal à margem esquerda do Rio Paranapanema, descendo até o pontal (São Joaquim do Pontal), ou seja, na confluência do Rio das Cinzas com o Rio Paranapanema, subindo o montante deste. No ponto Barreiro Grande, pouco abaixo da foz do Rio Laranjinha, encontraram alguns bugres (índios), os quais queriam explicações sobre a presença deles. Como justificativa, Batista lhes disse que estavam recolhendo plantas medicinais, o que fez com que os índios se retirassem. Pouco tempo depois, ao decidirem levantar acampamento, Batista e seus companheiros foram surpreendidos novamente pelos bugres, que trouxeram várias plantas e sementes para serem trocados por foices, facões, machados e outros pertences de grande utilidade para os índios.

Batista e seus homens prosseguiram viagem, caminhando durante muitos dias numa linha reta, defrontando-se, por acaso, com o "marco inicial". No dia seguinte, Negrão e Batista partiram para a Capital, levando os apontamentos dos serviços feitos para a organização do mapa e memorial descritivo.

O irmão de Batista, Tinhano, os aguardava em Curitiba para a conclusão do processo de legitimação que foi julgado por sentença do Presidente da Província, concedendo a Joaquim Severo Batista, o título de senhor possuidor

de uma área de quarenta mil alqueires, certidão esta, datada de 30 de março de 1885.

No ano de 1931, Joaquim Severo Batista Filho, filho de Severo Batista, requer do Secretário do Interior, Justiça e Obras Públicas, nova certidão de posse das terras, datada no ano de 1931. De posse das terras, Batista Filho, lutou com intrusos (grileiros) e assim, através de acordos, as terras foram passando para novos donos, prevalecendo a lei do mais forte.

Famílias Pioneiras: os pioneiros do Patrimônio Jaborandi foram Antônio Parralego, Luiz Antônio Rodrigues, João Alves, Manoel da Silva Machado, Lázaro Gomes Pinto, Major Florêncio e o Capelão João Faustino.

A família de Lázaro Gomes Pinto se destacou na cultura do café e incentivadora do comércio local. José Moraes foi o primeiro comerciante, sendo que em sua venda comercializava variedades de produtos alimentícios, cordas, enxadas, querosene e roupas. Além disso, no balcão era servido café e pinga. Antônio Parralego também possuía um comércio de secos e molhados, porém de menor porte que o seu concorrente.

O primeiro hotel do Patrimônio foi denominado de "Hotel Santa Maria". Atualmente (2015), trata-se da residência da família Maluf. Seu primeiro dono foi Manoel da Silva Machado, homem dotado de grande visão, comerciante e introdutor de máquinas de beneficiamento de cereais.

Luiz Antônio Rodrigues (Luiz Capanga), dedicou-se ao desbravamento das matas, formando novos núcleos populacionais, sendo o primeiro na criação de gado bovino e suíno. Foi ainda o proprietário do primeiro automóvel que circulou no Patrimônio de Jaborandi (o percurso de 36 quilômetros entre Cambará, polo mais importante do período, foi realizado em três dias de viagem, pois não havia estrada de rodagem, somente trilhos mal formados, sendo esse tempo gasto na abertura de caminhos por onde deveria passar o automóvel).

Outro pioneiro a ser enfatizado é Moacir Corrêa, grande fazendeiro de café na região, sendo o responsável pela vinda dos imigrantes japoneses para o Patrimônio de Jaborandi. Também foi o primeiro proprietário de um caminhão que transportava 25 sacas de café.

Emancipação do Município: com o desmembramento do município de Jacarezinho, em virtude da criação do município de Cambará, o Patrimônio de Jaborandi passou a integrar o território desse último, recebendo notável impulso no seu progresso.

Nesta época, outro centro progredia e se desenvolvia, o Patrimônio de Ingá, graças à administração do prefeito de Cambará, Braúlio Barbosa Ferraz. Pelo Decreto Estadual nº 347, de 30 de março de 1935, este foi elevado à Distrito de Cambará, ao qual Jaborandi ficou jurisdicionado, em virtude do Decreto Lei nº 199, de 31 de dezembro de 1943.

O Distrito de Ingá foi elevado à categoria de Município, com a denominação de Andirá, e o Patrimônio Jaborandi passou à categoria de Distrito Administrativo de Andirá, com a denominação de Itambaracá.

O nome de Jaborandi foi mudado por políticos influentes na época, tais como: Sebastião Resende, Moacir Corrêa, Antônio Tempeste e outros. Segundo dados históricos, o nome foi mudado porque descobriram que já existia no Estado de São Paulo um povoado mais antigo, com o mesmo nome.

Itambaracá, sendo elevado a Distrito, expandia-se cada vez mais e os cultivos de café, feijão e milho floresciam largamente na terra recém desbravada, transformando-a de solo inóspito em terras produtoras de riquezas. Na sede, foram feitas demarcações de ruas e avenidas e estradas foram abertas ligando o Distrito aos centros maiores, facilitando o escoamento da produção agrícola e pecuária para os polos consumidores.

Pela Lei Municipal nº 81, de 21 de setembro de 1953, da Prefeitura de Andirá, o Distrito de Itambaracá, perdeu parte de seu território em virtude da criação do Distrito de São Joaquim do Pontal e pelo Decreto Lei Estadual nº 32, de 7 de fevereiro de 1955, Itambaracá conseguiu sua emancipação, sendo elevado à categoria de Município e passando a administrar também o Distrito de São Joaquim do Pontal. Aos habitantes do Município dá-se o nome de itambaracaenses.

Em 3 de outubro de 1955, foram realizadas as primeiras eleições municipais, sendo que os concorrentes foram: Horácio Cheira (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), Doutor Ubirajara de Moraes Condessa (Partido Social Democrático - PSD) e Joaquim Batista Vieira (União Democrática Nacional - UDN), vencendo o primeiro concorrente. A posse do primeiro prefeito e a instalação do Município deu-se no dia 30 de novembro de 1955, data esta comemorada como a da emancipação política de Itambaracá.

Os prefeitos que exerceram mandatos em Itambaracá foram:

- Horácio Cheira, gestão 1955 a 1959;
- Adalberto Carlos Giovanini (Bebê), gestão 1960 a 1964;
- Antonio Lune, gestão 1964 a 1969;
- Servilho Cherubim (Villa), gestão 1969 a 1973;
- Kietiro Outiki (Giro), gestão 1973 a 1977;
- Geraldo Maluta, gestão 1978 a 1983;
- José Xavier de Barros, gestão 1983 a 1988;
- Mário Fuzeto, gestão 1989 a 1992;
- Marcelino Tostes Júnior (Galego), gestão 1993 a 1996;
- Servilho Cherubim Filho (Bilé), gestão 1997 a 2000;
- Moacyr Thomé Rodrigues do Carmo (Moacyr Thomé), gestão 2001 a 2004;
- Moacyr Thomé Rodrigues do Carmo (Moacyr Thomé), gestão 2005 a 2008;
- Amarildo Tostes, gestão 2009 a 2012;
- Amarildo Tostes, gestão 2013 a 2016.

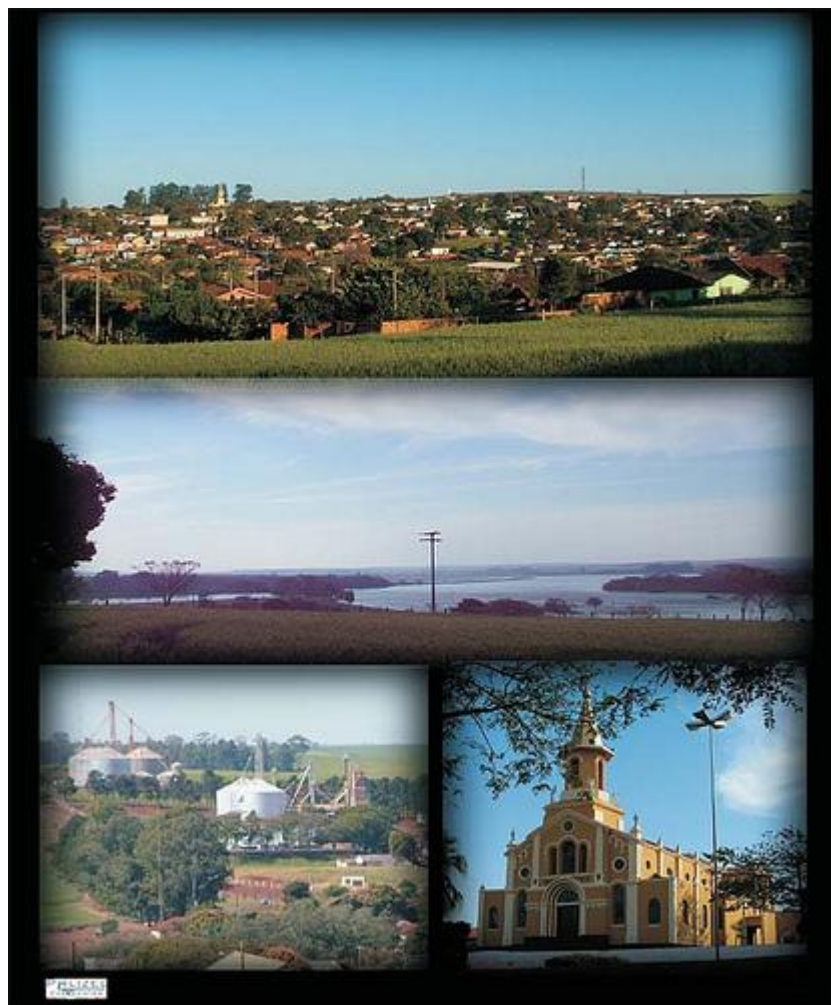


Figura 2. Fotos de Itambaracá

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Brasão de Armas Municipal: o Brasão de Armas foi idealizado e executado pelo vexilólogo e heraldista, professor Arthur Luponi. Adotou-se o escudo de formato "samnítico" por ser o que mais se adapta às "peças heráldicas", permitindo melhor harmonia no conjunto e maior amplitude em sua execução. O esmalte goles (vermelho), no primeiro e segundo francos, lembram, particularmente, a cor característica da terra do Município paranaense. Em heráldica, é o esmalte que simboliza audácia, valor, galhardia, domínio, valentia, intrepidez, vitória, honra e caridade. As quatro estrelas (duas em cada flanco), evocam os nomes dos quatro bravos sertanistas que deram início à construção das primeiras casas, às margens do córrego Jaborandi, e que foram os primeiros na formação de povoado: Sebastião Domingues, João Faustino, Lázaro Gomes e Luiz Capanga. Na iluminura, o lavrador a sulcar a terra com seu arado, mostra que a riqueza do Município está firmada na agricultura. O sol nascente é o símbolo heráldico da verdade, por serem ambos (o sol e a verdade) únicos e sós.

No Brasão de Armas, o sol nascente, cintilante, simboliza o despertar de um novo dia, dedicado ao trabalho árduo e honesto na lavoura e preparação do solo para o progresso sempre crescente do lugar. Escolheu-se o metal ouro –

que é o mais nobre metal do Brasão, para o chefe do escudo, para lembrar a riqueza do solo da região paranaense. Em heráldicas, o ouro é símbolo de fé, amor, alegria, riqueza, força, poder, esplendor, prosperidade e soberania. O livro de prata, aberto, sobre o qual repousa um bordão de peregrino, em cor marrom – assentados num escudete de goles (vermelho) – são os atributos simbólicos de São Francisco Xavier – Padroeiro do Município. O livro aberto é símbolo heráldico de erudição, respeito à lei e à ciência. O contrachefe, diminuto do escudo, em esmalte sinopla (verde), lembra os extensos campos, várzeas, ondulações, elevações e baixadas que confinam com a sede do Município e que caracterizam a beleza de sua paisagem natural. As duas faixas estreitas, sinuosas e equidistantes, em metal prata, representam simbolicamente os rios: Paranapanema (ao norte) – que faz divisa com o Estado de São Paulo; e, das Cinzas, (a oeste e ao sul) – que faz divisa com os municípios de Santa Mariana e Bandeirantes. A coroa mural de cinco torres visíveis, representada em metal preta, com os portões e janelas de sable (preto) – é privativa de cidades (não capitais). Os dois suportes representados por um ramo de café, frutificado, à destra; e por um ramo de algodão, florido, à sinistra, ambos em sua cor, lembram as principais culturas agrícolas do Município, conforme dados oficiais obtidos no censo estatístico de 1970.

No listel, em esmalte goles (vermelho) – por ser a cor dominante no escudo – é gravado o topônimo ITAMBARACÁ, metal prata. Na ponta em flâmulas, à destra, a abreviatura cronológica "7-2-1955" indica a data da criação do Município, conforme Lei nº 3.255, publicada nesse dia, e na ponta em flâmula, à sinistra, a abreviatura cronológica "30-11-1955", indica a data da sua instalação.

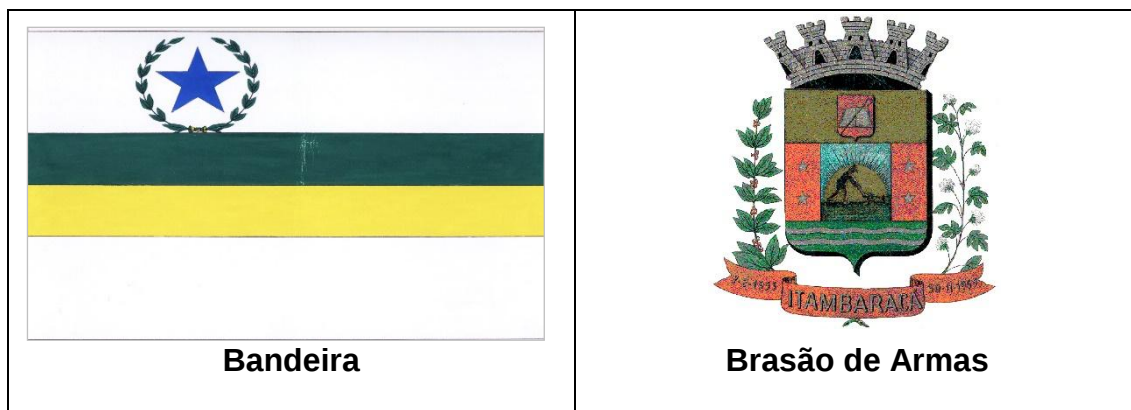


Figura 3. Bandeira e Brasão de Armas de Itambaracá

Fonte: Prefeitura, 2015.

Bandeira Municipal: a Bandeira Municipal, de forma retangular com a maior dimensão no sentido horizontal, é desenhada na proporção de 14 módulos de altura por 20 módulos de comprimento. O seu campo retangular é terciado em faixa, sendo a do centro nas cores verde e amarelo (ambas da mesma largura), e a superior e inferior, em cor branca. No canto superior, próximo ao mastro, é figurada uma estrela de cinco pontas, em azul-cerúleo, com uma ponta voltada para cima e ladeada por dois ramos de loureiro, dispostos em arco de círculo, um à destra e outro à sinistra, e atados, na parte inferior, por um laço de fita nas cores verde e amarelo.

A proporção da bandeira é idêntica à da bandeira nacional. A tonalidade das cores é branco-níveo, para as duas faixas (superior e inferior); verde de primavera e amarelo de ouro, para as duas semifaixas centrais e o laço de fita; azul-cerúleo, para as estrelas de cinco pontas, no canto superior, próximo ao mastro; e verde de primavera, para os dois ramos de loureiro.

A estrela de cinco pontas, em azul-cerúleo, representa o Município, como símbolo de autodeterminação. Em heráldica, o branco (que é o que substitui, nas bandeiras, o metal prata), é o símbolo da paz, amizade, lealdade, felicidade, formosura, integridade, verdade e equidade. O verde é a cor simbólica de esperança, cortesia, civilidade, abundância, campo e posse. O amarelo (que é a cor que substitui nas bandeiras, o metal ouro), é o símbolo de fé, amor, alegria, riqueza, força, poder, esplendor, prosperidade e soberania. O azul é o esmalte que simboliza justiça, perseverança, zelo, perfeição, dignidade e firmeza incorruptível. O loureiro (*laurus nobilis*), sempre verde, é o maior nobre dos vegetais usados em Heráldica e Vexilologia. Com ramos de loureiro se coroavam em Roma, os imperadores e guerreiros triunfantes. Por isso, o ramo de loureiro é o símbolo de triunfo e de glória.

Hino Municipal: o Hino Municipal tem autoria do Maestro Sebastião Lima. A criação e letra se deram por meio da Lei nº 424/81, de 4 de dezembro de 1981.

Bem às margens da Paranapanema
Tu nascestes, querido rincão
Já trouxestes do berço um lema
Que guardamos com muita afeição
Com o labor do teu filho varonil
Radiante seria o sucesso
Que este canto feliz do Brasil
Hoje é pleno de paz e progresso

Estribilho
Minha linda Itambaracá
Hás de ser sempre o meu bem querer
Terra igual, juro, não há
Sou teu filho e por ti vou viver
Nosso respeito e afeição
Ao herói desbravador
Por nos legar este torrão
Templo augusto de sonho e amor

Os limites da geografia
Nos confrontam com um povo irmão
Onde as lutas do dia a dia
Nos irmanam sem ter distinção
Salve, salve! Óh! Terra querida
Minha doce Itambaracá
A ti pertence a minha vida
Filha altiva do meu Paraná.

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

Entre 1991 e 2000, a população de Itambaracá cresceu a uma taxa média anual negativa de -3,44%. Na década, a taxa de urbanização do Município passou de 62,47% para 74,80%.

Entre 2000 e 2010, a população do Município cresceu a uma taxa média anual negativa de -0,48%. Nesta década, a taxa de urbanização do Município passou de 74,80% para 75,16%. Em 2010 viviam, no Município, 6.759 pessoas.

Tabela 1. População total de Itambaracá, 1991/2010

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	9.717	100,00	7.090	100,00	6.759	100,00
Homens	4.971	51,16	3.614	50,97	3.390	50,16
Mulheres	4.746	48,84	3.476	49,03	3.369	49,84
Urbana	6.070	62,47	5.303	74,80	5.080	75,16
Rural	3.647	37,53	1.787	25,20	1.679	24,84

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Itambaracá é 0,694, em 2010, o que situa o Município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do Município é Longevidade, com índice de 0,789, seguida de Renda, com índice de 0,664, e de Educação, com índice de 0,639.

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Itambaracá e seus componentes, 1991/2010

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,292	0,520	0,639
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	22,92	31,93	45,12
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	31,53	81,19	98,29
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	59,92	83,10	93,12
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	27,54	72,37	66,85
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	12,46	28,92	45,56
IDHM Longevidade	0,686	0,706	0,789
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,16	67,37	72,34
IDHM Renda	0,570	0,589	0,664
Renda per capita (em R\$)	277,05	312,67	499,63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A Agricultura é o forte da economia do Município, é o setor que mais gera empregos, ocupando mais de 50% da população empregada. É possível verificar também que os setores de piscicultura, agropecuária, comércio e serviços empregam quantidade significativa de trabalhadores, destacando o papel do setor terciário e dos serviços públicos na economia da cidade. Isso ocorre em decorrência do grande número de pequenas propriedades voltadas à subsistência, que envolvem grande número de pessoas em torno da atividade agrícola, ou seja, apenas 70% da população está economicamente ativa. A mão de obra atinge a demanda do Município no corte de cana, agora com a mecanização, esta mão de obra está ficando ociosa, e as famílias estão procurando nos centros maiores, melhores condições de emprego.

Os produtos mais cultivados são: soja, milho, feijão, trigo, café, arroz, mandioca, banana, peixe em cativeiro e cana-de-açúcar. Atualmente destacam-se as estufas onde se plantam variedades de legumes e hortaliças, sendo prioritariamente de pequenos agricultores que utilizam mão de obra da própria família. Muitos desses agricultores participam do Programa da Agricultura Familiar.

O Município atende também outros meios de cultura, em menor proporção como: produção de leite de vaca, produção de mel de abelha, produção de ovos de galinha.

A população economicamente ativa (PEA) encontra-se:

- no setor rural: 70%;
- no setor urbano: 30%.

A faixa salarial predominante no Município gira em torno de um a três salários mínimos.

5. ASPECTOS CULTURAIS

A cultura e o lazer são condições essenciais para a integralidade e a plenitude da vida humana. Por isso, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação. Há muitos anos vem se comprometendo em criar um calendário de atividades, de forma a dispor por todo o decorrer do ano, eventos que caracterizem a cidade, mantendo as tradições locais, em respeito aos antepassados, propiciando cultura ao seu povo, além de opções de lazer e diversão. Temáticas como música, folclore, religião e cultura japonesa, são alguns dos eixos abordados na realização de todos esses eventos, importantes não só para a cidade, mas também como destaque em âmbito regional.

Os principais eventos que ocorrem durante o ano são:

- Festival Municipal da Canção de Itambaracá (FEMUCI);
- Festa Junina Municipal de Itambaracá;
- Bom Odori (tradição japonesa);
- Festa do Dia das Crianças;
- Festa de Nossa Senhora Aparecida;
- Noite Pedagógica e Cultural;

- Comemorações do Aniversário do Município;
- Desfile Alusivo ao Dia do Município;
- Festa do Padroeiro;
- Enfeites Natalinos da Praça com Iluminação;
- Chegada do Papai Noel;
- Cantata de Natal;
- Festa dos Santos Reis;
- Queima de fogos (virada do ano).

FEMUCI: o Festival Municipal da Canção de Itambaracá iniciou no ano de 2000, com a proposta de incentivar e divulgar os talentos artísticos do Município. É uma realização da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, contando em média com 30 a 35 participantes em duas categorias: infantil (até 14 anos) e adulto (até 80 anos). Não há critérios para a seleção e todos podem concorrer. A verdadeira intenção do evento é de integrar e divulgar a música. Vários destaques surgiram em cada edição, alguns foram encaminhados pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto e pelo idealizador Evaristo Kajiwara a festivais regionais. A repercussão em toda a população itambaracaense é cada vez mais positiva, tornando o evento um sucesso.



Figura 4. Fotos do FEMUCI

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2014.

Festa Junina Municipal: a festa junina municipal de Itambaracá completará 17 anos de realização no ano de 2015. Trata-se de uma festa realizada pela Prefeitura e coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Normalmente, a festa tem a duração de três dias, no mês de junho ou julho, com a exposição de diversas barracas da culinária típica do homem do campo. Essas barracas são colocadas e coordenadas pelas escolas, estudantes, grupos religiosos e demais entidades. Inicia-se a festa no primeiro dia com a missa sertaneja e o levantamento do mastro dos três Santos (Santo Antônio, São João e São Pedro) e no decorrer da realização da festa há apresentações de diversas quadrilhas das escolas municipais e estaduais e pessoas da comunidade. No domingo à tarde, realiza-se a Roda de Viola, resgate das músicas tradicionalistas e à noite, ocorre a realização de um bingo. O evento resgata as tradições típicas e tradicionais do povo itambaracaense.



Figura 5. Participação dos alunos na Festa Junina
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Bom Odori: a colônia japonesa do Município realiza no início de setembro a festa tradicional japonesa “O Bom Odori”, na Associação Cultural e Esportiva de Itambaracá (ACEI).



Figura 6. Fotos do Bom Odori
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2014.

Trata-se de uma noite tipicamente japonesa. Os representantes da colônia fazem enfeites para decoração e preparam a alimentação tipicamente nipônica, ambiente caracterizado e apresentação de danças japonesas. Essa confraternização é comum na região devido ao grande número de japoneses e descendentes que se instalaram no norte do Paraná. Vários grupos japoneses de outros municípios também prestigiam a festa como: Uraí, Bandeirantes, Sertaneja, Assaí e demais cidades onde existe o núcleo de colônia japonesa.

Festa do dia das crianças: a festa em homenagem ao Dia das Crianças acontece no mês de outubro e é patrocinada pela Prefeitura e organizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. São ofertados para as crianças e demais presentes, lanches, refrigerantes, sorvete, balas, pirulitos, algodão doce e demais guloseimas. Há também brincadeiras com parque contendo diversos brinquedos como cama elástica, piscina de bolinha, castelinho, entre outros, bem como brincadeiras de corda, pinturas e outras atividades coordenadas pelos professores e estagiários das escolas municipais. A festa acontece no espaço do Estádio Municipal para todas as crianças do Município e pessoas da comunidade.



Figura 7. Festa do Dia das Crianças

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Festa em louvor a Nossa Senhora de Aparecida: anualmente, no dia 12 de outubro, a festa em louvor à Nossa Senhora de Aparecida é realizada pela Paróquia São Francisco Xavier, no salão de festas da Igreja Matriz. Inicia-se com novena, missa e procissão, em seguida ocorre a quermesse com diversas barracas.

Noite pedagógica e cultural: a Noite Pedagógica e Cultural das escolas municipais é uma realização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto em parceria com as escolas municipais, tendo como objetivo apresentar os trabalhos desenvolvidos de cada escola, bem como, a realização de danças relacionadas com o tema proposto a cada ano. Normalmente essa noite é realizada no mês de dezembro, ao final do ano letivo. Trata-se de um evento muito prestigiado, contando com a presença das autoridades locais, pais, professores, alunos, amigos e comunidade em geral.



CMEI Professora Elza Ruiz Vieira

Escola Municipal Sebastião Severino da Silva

CMEI Maria Guedes Maluta

CMEI Maria Guedes Maluta

Figura 8. Participação das crianças na Noite Cultural
Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.



Figura 9. Escola Municipal João Paulo II

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Aniversário de Itambaracá: o município de Itambaracá comemora sua emancipação política e administrativa no dia 30 de novembro, comemorando em 2015, 60 anos. A Secretaria Municipal de Educação mantém uma vasta programação, com mostras pedagógicas, apresentações musicais, novena, quermesse, comemorações internas nas escolas, Feira da Lua, jogos, missas, shows e desfile festivo com a participação das escolas municipais e estaduais. As comemorações procuram resgatar a ancestralidade, um pouco da história

do povo. A população se envolve direta ou indiretamente nas comemorações alusivas ao aniversário de Itambaracá, fazendo renascer nos corações dos itambaracaenses um sentimento de pertencimento a um grupo que vive em uma comunidade de paz e construção coletiva do bem.



Figura 10. Crianças participando da comemoração do aniversário do Município, 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Festa em homenagem ao dia do padroeiro: o dia do padroeiro do Município de Itambaracá, São Francisco Xavier, é comemorado no dia 03 de dezembro, com missa, procissão e festa, fazendo parte das atividades de comemoração do aniversário do Município.

Exposição de artes: a exposição de artes é uma mostra dos artistas plásticos e artesãos residentes no Município, os quais, além de expor os seus trabalhos, também os comercializam. A exposição configura-se numa oportunidade de ampliação de conhecimentos, fazendo uma rica integração de linguagens artísticas, envolvendo as artes visuais e manuais, resgatando a história, as manifestações culturais.



Figura 11. Mostra dos artistas plásticos e artesãos de Itambaracá

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Enfeites natalinos e iluminação da Praça da Matriz: a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, dando continuidade nas comemorações do aniversário do Município, promove no mês de dezembro, em parceria com as escolas municipais, os enfeites natalinos na praça da matriz em frente à Igreja Matriz da Paróquia São Francisco Xavier e sua iluminação. Nas semanas que antecedem o natal, são realizadas várias apresentações musicais com alunos das escolas municipais, do Projeto Florescer, apresentação do Grupo Folia de Reis e a cantata de natal realizada pelo Coral Municipal Santa Cecília e alguns coros de cidades vizinhas que se fazem presentes.

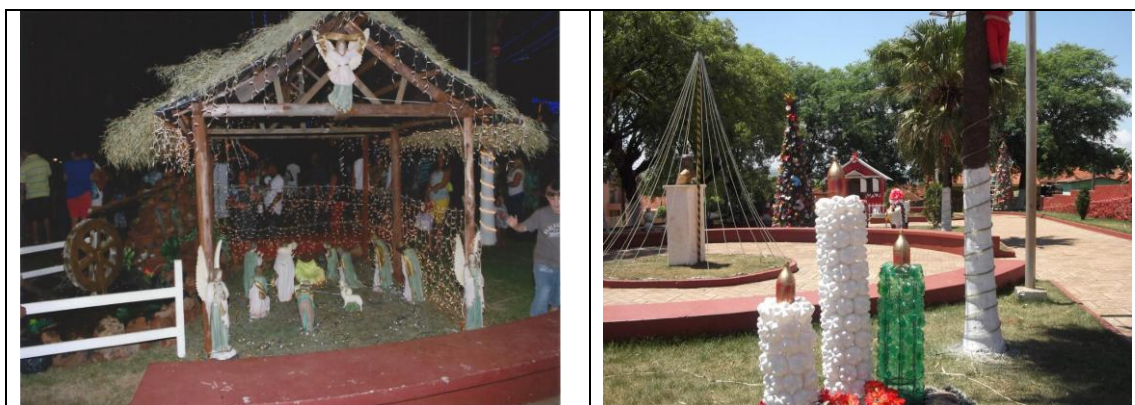


Figura 12. Imagens das comemorações alusivas ao Natal
Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Folia de Reis: a folia de reis é uma prática tradicionalista de cunho religioso e que existe no Município, há mais de 50 anos. O Grupo da Folia de Reis é formado por 24 cantores, que realizam uma peregrinação pelo Município, levando a Bandeira do Divino Espírito Santo. Esta prática conta com o apoio da Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que oferece total respaldo e ajuda para que essa tradição possa continuar com as novas gerações. As visitas da Folia de Reis iniciam-se antes no dia de Natal, encerrando no dia 6 de janeiro que é o dia dos Santos Reis Magos, com uma grandiosa festa. A festa acontece com um festeiro responsável pela organização e arrecadação dos alimentos que são utilizados para o almoço que é oferecido a todos os devotos dos Santos Reis Magos. Cerca de 3.000 devotos, juntamente com os do Município e de várias cidades vizinhas, prestigiam o evento.



Figura 13. Imagens do Grupo de Folia de Reis
Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Fanfarra Municipal: a Fanfarra Municipal de Itambaracá regulamentada por meio do Projeto de Lei nº 02/2002, com a denominação de Osvaldo Negrão Vieira (homenagem ao professor que se dedicou à educação de muitas crianças no Município e também como instrutor de Fanfarra). Atualmente encontra-se sob a coordenação do Maestro Renato Navarro, que muito trabalha para abrilhantar as apresentações com sucesso. Os integrantes da Fanfarra são alunos oriundos das escolas municipais e estaduais em parceria com o Projeto Florescer da Secretaria Municipal de Assistência Social.



Figura 14. Fanfarra Municipal

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

Coral Municipal Santa Cecília: a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, mantém o Coral Municipal Santa Cecília com integrantes da comunidade das mais diversas idades. O coral surgiu por meio da iniciativa da Igreja Católica – Paróquia São Francisco Xavier. O coral é um importante instrumento musicalizador dentro da igreja, uma vez que permite que pessoas leigas em relação ao estudo da música vivenciem práticas musicais, divisão de vozes e técnicas vocais básicas. O Coral, que é coordenado pelo Maestro Renato Navarro, apresenta-se no Município e também nos municípios da região.



Figura 15. Coral Santa Cecília

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015.

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Instituições de Ensino: inúmeros fatores contribuíram para o fechamento das escolas rurais nos últimos anos no município de Itambaracá. O que pesou foi a diminuição da população rural, a redução do número de matrículas que nos

últimos anos declinou, principalmente no campo, uma realidade influenciada pelo declínio populacional urbano e rural. Muitas escolas da zona rural de Itambaracá foram fechadas ou cessadas ao longo dos 60 anos de existência, pois possuíam poucos alunos, o que onerava os gastos com a manutenção destas escolas. Com a diminuição de alunos, os responsáveis pela educação no Município, acabaram optando pela nucleação, quer dizer, oferecem transporte escolar e reuniram as crianças de diferentes comunidades em um só estabelecimento de maior porte na área urbana.

Tabela 3. Escolas cessadas no Município, 1981/2015

Estabelecimentos de Ensino	Localização	Ano de Extinção/ Cessação
Escola Rural Estadual Água das Antas	Bairro Água das Antas - Distrito São Joaquim do Pontal	1981
Escola Estadual São Francisco Xavier	Bairro Raul Marinho	1985
Escola Rural Estadual Água do Meio	Sítio do Zapateiro - Bairro Água do Meio	1985
Escola Rural Municipal Porto Almeida	Bairro Porto Almeida	1987
Escola Rural Municipal Agitose Nouchi	Fazenda Santana	1988
Escola Rural Municipal Américo Lopes Filho	Bairro Poste do Meio	1988
Escola Rural Municipal São Pedro	Bairro São Pedro	1988
Escola Rural Municipal Porto Matarazzo	Bairro Porto Matarazzo	1988
Escola Rural Municipal Hermenegildo Pereira da Rocha	Bairro Água dos Patos	1989
Escola Rural Municipal Pedra Branca	Bairro Pedra Branca	1989
Escola Rural Municipal São José	Bairro São José	1989
Pré Escola Municipal Mirazinha Braga	Bairro São Joaquim do Pontal	1994
Escola Rural Municipal Água do Cedro	Bairro Água do Cedro	1995
Pré Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho	Centro	Inativa desde 1998
Colégio Kanematsu Matsubara	Centro	1999
Escola Estadual São Francisco Xaxier	Centro	-
Escola Municipal Raul Teixeira Marinho	Bairro Raul Marinho	-
Escola Municipal João Manoel Munhoz	Bairro São Joaquim do Pontal	-

Fonte: Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Atualmente (2015), as redes municipal e estadual de ensino são formadas pelas seguintes instituições:

Na zona urbana:

- Centro de Educação Infantil Maria Guedes Maluta (educação infantil de zero a cinco anos);
- Escola Municipal João Paulo II (ensino fundamental);
- Centro de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira (educação infantil de quatro a cinco anos);
- Escola Municipal Sebastião Severino da Silva (ensino fundamental);
- Colégio Estadual Marcílio Dias (ensino fundamental, médio, normal e educação de jovens e adultos).

No Bairro Raul Marinho: Escola Estadual do Campo do Bairro Raul Marinho (ensino fundamental).

No Distrito São Joaquim do Pontal:

- Centro de Educação Infantil Amélia Simeone Fuzeto (educação infantil de zero a cinco anos);
- Escola Estadual do Campo Mirazinha Braga (ensino fundamental).

Infraestrutura Escolar: observando os padrões de infraestrutura das unidades escolares municipais e estaduais, verificou-se que todas possuem infraestrutura elementar como, água, sanitários, energia elétrica e cozinha.

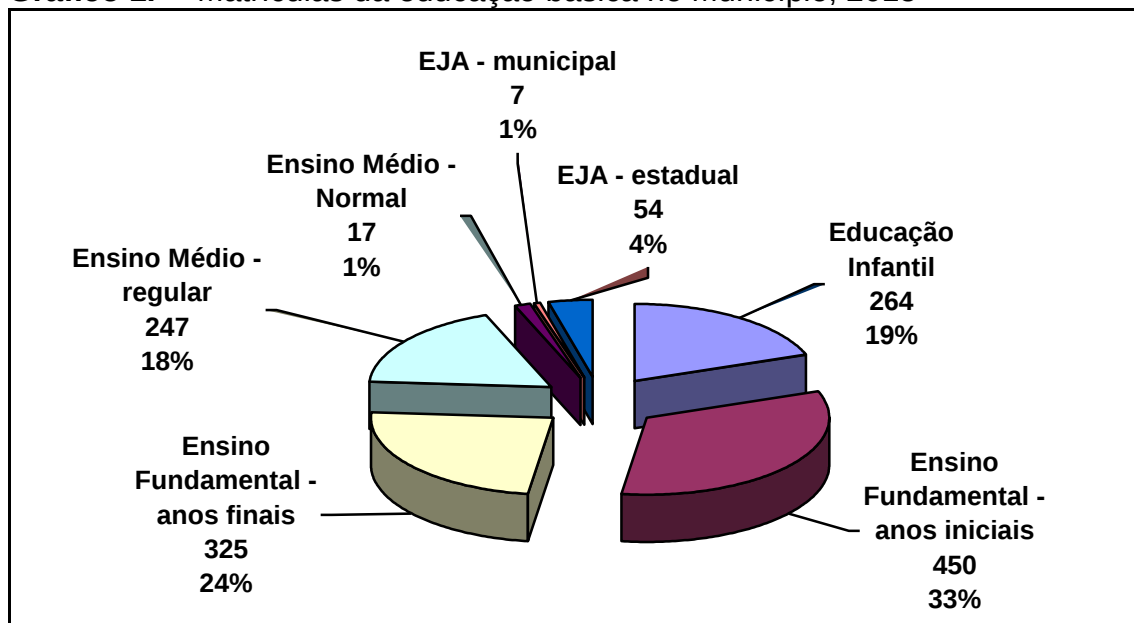
Rede municipal de ensino: todas as escolas possuem uma infraestrutura básica, típica de unidades escolares, em bom estado, com ventilação e espaço para recreação e esporte. Em geral, possuem equipamentos didático-pedagógicos de apoio ao trabalho em sala de aula, espaço para sala dos professores, instalações sanitárias, refeitório (em algumas instituições), pátio coberto, sala adaptada de diretoria juntamente com a equipe pedagógica e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora. Todas possuem laboratório de informática com acesso à internet, com exceção do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta. Algumas escolas possuem biblioteca. Há também espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, como quadra coberta esportiva. Além disso, as escolas possuem equipamentos complementares como copiadora.

Há muito que avançar para melhorar a infraestrutura das escolas municipais, principalmente no quesito acessibilidade, significando com isso, não apenas permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população, visando sua adaptação e locomoção, com eliminação de barreiras.

Na rede estadual de ensino: a infraestrutura do Colégio Estadual Marcílio Dias situado na zona urbana se encontra em bom estado, com espaço para recreação e esporte, iluminação, equipamentos didático-pedagógicos de apoio ao trabalho em sala de aula, sala dos professores, instalações sanitárias e refeitório. O Colégio Estadual Marcílio Dias possui dois laboratórios de informática com acesso à internet, um para os alunos do ensino fundamental, por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) e o outro para os professores, por meio do Programa Paraná Digital. Nenhuma das unidades apresenta estrutura adequada às características das crianças com

necessidades educacionais especiais. As escolas do Bairro Raul Marinho e Mirazinha Braga não possuem biblioteca com acervo atualizado, laboratório de ciências e espaço coberto para a prática de atividades extraclasse, porém possuem o laboratório de informática onde é desenvolvido o Programa Paraná Digital para os professores.

Gráfico 1. Matrículas da educação básica no Município, 2015



Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

III - DIAGNÓSTICOS

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Atendimento

A educação infantil em Itambaracá é ofertada em três centros municipais de educação infantil (CMEIs), como mostram os dados da tabela 1.1.

Tabela 1.1. Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Número de vagas oferecidas	Demanda reprimida
	0 a 3 anos	4 a 5 anos			
Centro Municipal de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira	-	149	M e V	180	-
Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta	62	43	I	200	-
Centro Municipal de Educação Infantil Amélia Simeoni Fuzeto	07	03	I	30	-

Fonte: Informações dos CMEIs, 2015.

Legenda: M - Matutino; V - Vespertino; I - Integral.

De acordo com a tabela 1.2, observa-se uma queda significativa na educação infantil, especialmente na faixa etária de zero a três anos.

Pode-se relacionar essa queda a problemas sociais, tendo em vista o êxodo de muitas famílias para outros municípios em busca de oportunidades de emprego. Outro ponto relevante é a redução de filhos, além da não obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária.

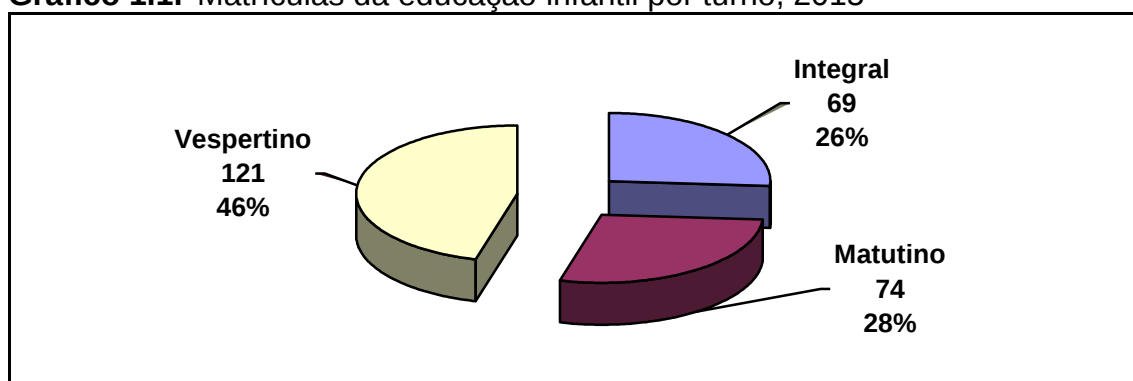
Tabela 1.2. Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015

Redes de ensino / Faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (0 a 3 anos)	I	107	04	106	04	98	05	81	04	69	04
Total - 0 a 3 anos		107	04	106	04	98	05	81	04	69	04
Municipal (4 a 5 anos)	M	65	04	62	04	79	04	71	04	74	04
	V	111	07	138	08	143	07	127	07	121	07
Total - 4 a 5 anos		176	11	200	12	222	11	198	11	195	11
Total Geral		283	15	306	16	320	16	279	15	264	15

Fonte: Informações dos CMEIs, 2015.

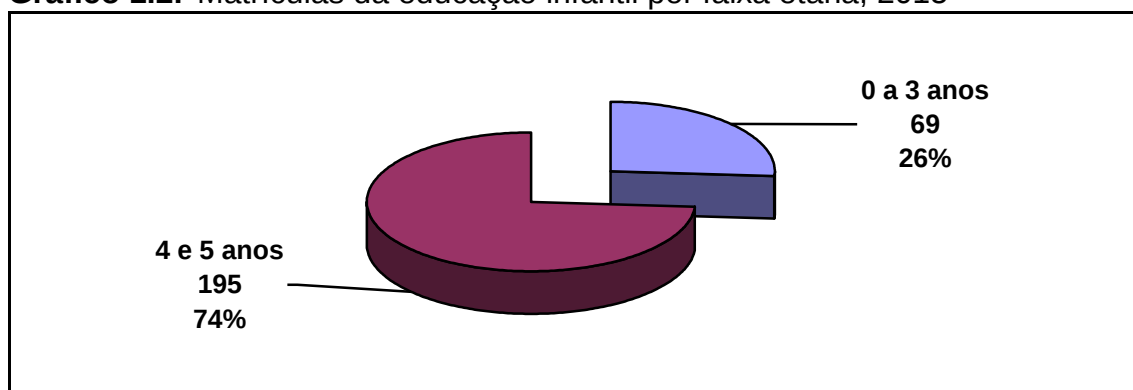
Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

Gráfico 1.1. Matrículas da educação infantil por turno, 2015



Fonte: Informações dos CMEIs, 2015.

Gráfico 1.2. Matrículas da educação infantil por faixa etária, 2015



Fonte: Informações dos CMEIs, 2015.

1.2 Infraestrutura

Nas tabelas a seguir são demonstradas algumas informações sobre a estrutura básica das instituições que ofertam a educação infantil, bem como a existência de equipamentos e materiais permanentes.

É possível verificar que em algumas instituições faltam espaços importantes como refeitório, biblioteca, pátio ou quadra cobertos, entre outros.

Tabela 1.3. Infraestrutura das instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015

(continua)

Descrição do prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	2
Sala de direção/equipe	-
Sala de professores	2
Sala de leitura/biblioteca/computação	-
Refeitório	1
Pátio coberto utilizado para refeição	2
Copa/Cozinha	3
Parque Infantil	-
Pátio coberto (creche) / quadra coberta (pré-escola)	-
Banheiro de funcionários/professores	3

Tabela 1.3. Infraestrutura das instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015

(encerra)

Descrição do prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado
Banheiro de crianças/alunos	3
Sala de depósito	3
Sala de TV/DVD	1
Berçário (creche)	2
Lactário (creche)	-

Fonte: Informações dos CMEIs, 2015.

Tabela 1.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

(continua)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado
Esportes e brincadeiras	
Colchonetes	3
Conjunto de brinquedos para parquinho	-
Cozinha	
Congelador/Freezer	3
Refrigerador/Geladeira	3
Fogão comum para lactário (creche)	2
Fogão industrial	3
Liquidificador	3
Botijão de gás	3
Coleções e materiais bibliográficos	
Enciclopédias	1
Dicionários	3
Literatura Infantil	3
Material complementar de apoio pedagógico	3
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	
Projutor	2
Tela para projeção	2
Televisor	3
DVD	3
Suporte para TV e DVD	2
Máquina fotográfica	3
Aparelho de CD e rádio	3
Setor de Informática	
Computador para administração/docentes	2
Impressora	2
Copiadora multifuncional	2
Guilhotina de papel	-
Mobiliário e aparelhos em geral	
Mobiliário infantil	3
Arquivo de aço	3
Mesa de reunião	2

Tabela 1.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

(encerra)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado
Mesa para refeitório	3
Estantes para biblioteca	-
Berços e colchões (creche)	2
Banheira com suporte (creche)	2
Quadro para sala	3
Bebedouro	3
Máquina de lavar roupa	3
Secadora	1
Telefone	2
Ar condicionado nas salas	-
Circulador de ar ou ventilador nas salas	3

Fonte: Informações dos CMEIs, 2015.

1.3 Recursos Humanos

A maioria dos profissionais que trabalha nas instituições é do quadro efetivo. Quanto à formação, percebe-se a diversidade de escolarização, existindo na rede, servidores com o ensino fundamental incompleto, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 1.5. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Suporte pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03
Docência (20 horas)	-	-	-	01	05	04	-	10
Docência (30 horas)	-	-	-	02	02	03	-	07
Auxiliar administrativo	-	-	01	-	02	-	-	03
Auxiliar de serviços gerais	03	04	11	03	-	-	-	21
Docência (20 horas) APMI	-	-	-	-	01	03	-	04
Docência (40 horas) APMI	-	-	-	-	01	-	-	01
Direção (20 horas) - outro concurso	-	-	-	-	-	01	-	01
Direção (turno suplementar de 20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Suporte pedagógico (turno suplementar de 20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar administrativo (exerce a função de secretário escolar com gratificação)	-	-	01	-	01	-	-	02
Estagiários	-	-	-	03	04	-	-	07
Total	03	04	13	09	16	18	-	63

Fonte: Informações dos CMEIs, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

1.4 Considerações Finais

Como pontos positivos da educação infantil de Itambaracá, destacam-se: a implantação de aulas de música, em parceria com a Assistência Social, e aulas de educação física com professores habilitados; o atendimento especializado com fonoaudióloga e psicóloga; a aquisição de livros didáticos até 2014, por meio do Sistema Educacional Família e Escola (SEFE) no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira; a complementação da merenda escolar por meio da aquisição de produtos do Programa Agricultura Familiar e Compra Direta; a construção da Supercreche (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, Tipo B); a contratação de professores concursados para 30 horas para o Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta; recursos obtidos por meio do Programa Brasil Carinhoso no Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta.

Os problemas encontrados na educação infantil, de acordo com os profissionais que atuam nesta etapa de ensino são: o espaço físico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira não atende as especificidades dos portadores de necessidades especiais, levando em consideração a acessibilidade; o espaço destinado à cozinha é pequeno e o almoxarifado encontra-se em local inadequado; falta espaço e material para a brinquedoteca e espaço para recreação; insuficiência de material lúdico/pedagógico; ausência de formação continuada específica aos professores de educação infantil; falta de professores concursados (de 30 horas) para o Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta; falta de integração e parceria, por parte dos pais, no desenvolvimento das crianças.

As ações prioritárias elencadas pelos profissionais que atuam nesta etapa de ensino para que se possa oferecer um ensino com a qualidade desejável, são: realização de concurso público para o cargo de professor de educação infantil com carga horária de 30 horas, para atendimento do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta; realização de formação continuada específica para os professores de educação infantil; aquisição de materiais lúdicos e pedagógicos adequados à faixa etária atendida; contratação e acompanhamento de nutricionista exclusivamente para as escolas municipais; viabilizar mecanismos que promovam uma maior integração da família com a escola; readequação do Plano Carreira do Magistério Público Municipal; adequação do espaço físico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

As instituições que ofertam o ensino fundamental em Itambaracá, na rede municipal são a Escola Municipal João Paulo II e a Escola Municipal Sebastião Severino da Silva. As instituições da rede estadual são o Colégio Estadual Marcílio Dias, a Escola Estadual do Campo do Bairro Raul Marinho e a Escola Estadual do Campo Mirazinha Braga.

Estas instituições atendem, em conjunto, um total de 775 alunos, 450 nos anos iniciais e 325 nos anos finais. Deste contingente, a maioria encontra-se matriculada no período vespertino, 353 alunos.

Quanto à evolução das matrículas nesta etapa de ensino, no período de 2011 a 2015, verifica-se uma queda considerável em 2015.

Destaca-se que no Colégio Estadual Marcílio Dias houve uma queda significativa no ano de 2015 em relação às matrículas do ano de 2013, o que pode ser explicado pela migração de muitas famílias para os grandes centros urbanos em busca de emprego.

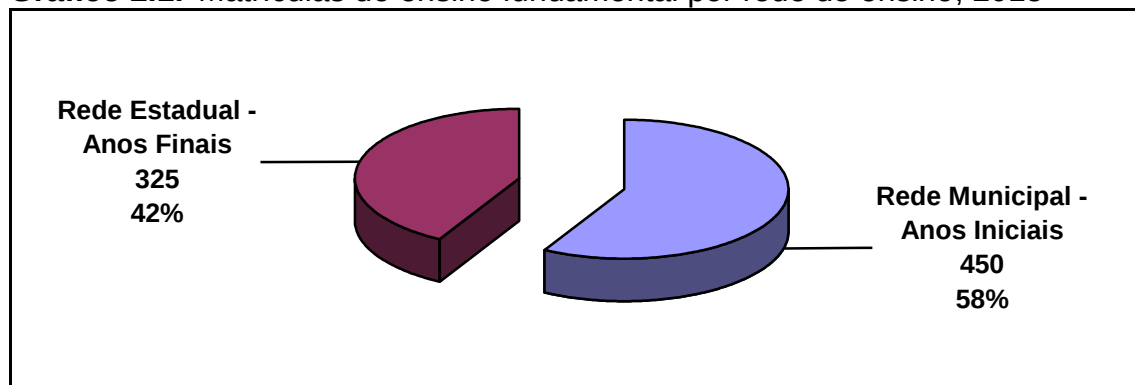
Tabela 2.1. Evolução das matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (Anos iniciais)	M	155	07	156	07	180	07	174	07	197	08
	V	110	05	118	06	142	06	161	07	151	06
	I	101	05	121	05	138	05	122	05	102	05
Rede Municipal		366	17	395	18	460	18	457	19	450	19
Estadual (Anos finais)	M	223	11	230	10	331	12	197	10	123	07
	V	243	12	204	12	186	12	217	10	202	11
	N	27	02	11	01	-	-	-	-	-	-
Rede Estadual		493	25	445	23	517	24	414	20	325	18
Total Geral		859	42	840	41	977	42	871	39	775	37

Fonte: Sistema Estadual de Registro Estadual (SERE), maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral; N – Noturno.

Gráfico 2.1. Matrículas do ensino fundamental por rede de ensino, 2015



Fonte: SERE, maio de 2015.

O quadro funcional dos servidores que trabalham nas instituições de ensino fundamental, das duas redes de ensino, encontram-se nas tabelas 2.2 e 2.3.

Analizando os dados apresentados nestas tabelas, verifica-se que a rede estadual possui um quadro funcional com melhor escolarização, não existindo nenhum servidor com escolarização abaixo do ensino médio.

Tabela 2.2. Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Suporte pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	05	-	05
Docência (20 horas)	-	-	-	03	07	28	-	38
Auxiliar administrativo	-	-	01	-	03	-	-	04
Auxiliar de serviços gerais	03	01	09	01	02	-	-	16
Total	03	01	10	04	12	35	-	65

Fonte: Escolas Municipais João Paulo II e Sebastião Severino da Silva, maio 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 2.3. Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20h)	-	-	-	-	03	-	03
Vice-direção (20h)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20h)	-	-	-	-	03	-	03
Suporte Pedagógico (40h)	-	-	-	-	01	-	01
Docência (20 horas)	-	-	-	03	55	-	58
Docência (40 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Secretário Escolar (40h)	-	-	-	-	03	-	03
Auxiliar administrativo (20h)	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar administrativo (40h)	-	01	-	02	01	-	04
Auxiliar de serviços gerais (20h)	-	07	-	01	-	-	08
Auxiliar de serviços gerais (40 h)	-	06	-	01	02	-	09
Professor adaptado (40h)	-	-	-	-	01	-	01
Total	-	14	-	07	73	-	94

Fonte: Colégio Estadual Marcílio Dias; Escola Estadual do Campo do Bairro Raul Marinho e Escola Estadual do Campo Mirazinha Braga, maio 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado;

De acordo com os dados apresentados, as instituições de ensino listaram quais as funções e/ou cargos que necessitam de ampliação. Na Escola Municipal João Paulo faltam merendeira, inspetor de alunos, auxiliar administrativo, professor de arte, inglês ou espanhol e informática e auxiliar de serviços gerais. Na Escola Municipal Sebastião Severino da Silva faltam merendeira, inspetor de alunos, auxiliar administrativo, professor de arte, inglês ou espanhol e de informática, auxiliar de serviços gerais e professores auxiliares nos primeiros, segundos e terceiros anos.

No Colégio Estadual Marcílio Dias, faltam: servente, merendeira, auxiliar administrativo, auxiliar de biblioteca, agente I, bibliotecário, professor laboratorista e inspetor de alunos.

Na Escola Estadual do Campo Mirazinha Braga falta um servidor que possa trabalhar como servente e/ou zelador.

Quanto ao rendimento escolar, ou seja, as taxas de aprovação, reprovação e evasão no ensino fundamental, verifica-se que a evasão nos anos finais tem diminuído a cada ano, no entanto as reprovações ainda são altas, refletindo nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como mostram os dados das tabelas 2.4 e 2.5.

Tabela 2.4. Rendimento e movimento escolar no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Municipal	353	13	00	369	26	00	432	28	00	430	27	00
Estadual	387	106	31	368	78	25	368	43	07	318	41	04

Fonte: Relatórios finais das escolas municipais e estaduais, 2014

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez. O mecanismo foi muito bem avaliado por especialistas justamente por unir esses fatores. Sendo assim, se uma escola passar seus alunos de ano sem que eles tenham realmente aprendido, por exemplo, isso ficará claro a partir da análise do desempenho dela no IDEB.

Tabela 2.5. Resultados dos IDEBs de 2005-2013 no ensino fundamental e as metas previstas para o período de 2007-2021

Rede de ensino	IDEB observado					Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Escola Municipal João Paulo II	3.1	3.5	5.2	00	0.0	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Escola Municipal Sebastião Severino da Silva	4.4	5.6	6.0	5.5	5.2	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5
Colégio Estadual Marcílio Dias	3.3	3.6	4.0	3.1	3.7	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.3

Fonte: INEP (consulta no site www.inep.gov.br, em maio de 2015).

Na avaliação das instituições frente aos resultados do IDEB de 2013, o Colégio Estadual Marcílio Dias apontou como problemas para o não atingimento da

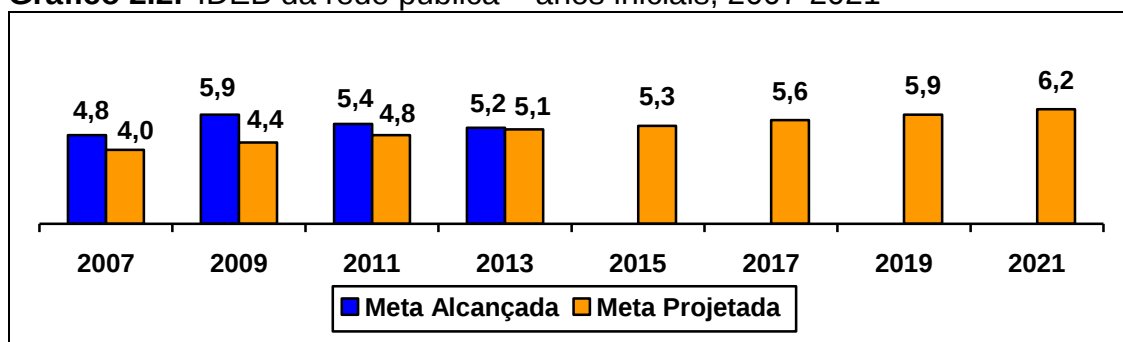
meta prevista: índices de reprovação e evasão acima da média nacional; nota de Português e Matemática abaixo das expectativas por falta de comprometimento dos educandos nas atividades escolares e pouco envolvimento da comunidade escolar.

A Escola Municipal João Paulo II não participou das avaliações do IDEB nos anos de 2011 e 2013 devido ao número reduzido de alunos no quinto ano.

Na análise da Escola Municipal Sebastião Severino da Silva, verificou-se que problemas podem estar associados a fatores socioeconômicos, culturais e escolares, com o pouco comprometimento de algumas famílias no auxílio à aprendizagem dos filhos, alto índice de reprovação, casos de defasagem na aprendizagem de alguns alunos, dificuldade de interpretação das questões propostas na avaliação e na quantidade de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento inclusos em classes regulares.

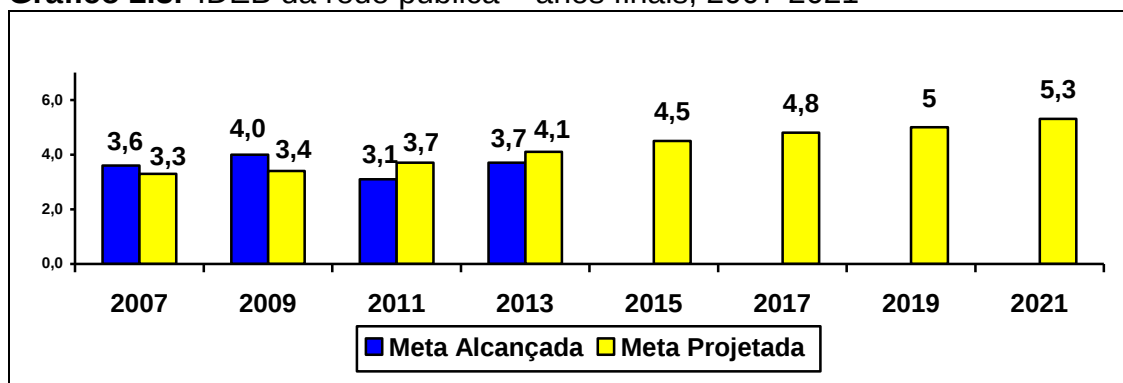
Com base no IDEB, é possível estipular metas de melhoria na qualidade do sistema de ensino. Como garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assegurar aos alunos da zona rural do Município a gratuidade e obrigatoriedade do transporte escolar e estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público municipal. Além disso, valorizar os profissionais da educação, garantindo-lhes Plano de Carreira específico dentro do serviço público municipal, assegurando às crianças, jovens e adultos da rede municipal, educação de qualidade para o exercício da cidadania.

Gráfico 2.2. IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021



Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em maio de 2015). Elaborado pela Consultoria, 2015.

Gráfico 2.3. IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021



Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em maio de 2015). Elaborado pela Consultoria, 2015.

3. ENSINO MÉDIO

A oferta, da última etapa da educação básica em Itambaracá, é realizada pelo Colégio Estadual Marcílio Dias, que além do ensino médio regular, também oferta o curso de formação de docentes, na modalidade normal.

Atualmente (2015), encontram-se matriculados no ensino médio regular um total de 247 alunos, distribuídos no período matutino (74%) e no noturno (26%).

No ensino médio modalidade normal, encontram-se matriculados 17 alunos no período vespertino. Devido a pouca demanda, em 2015, não houve a oferta no período noturno. Pelo baixo número de procura de vagas o curso estará cessando gradativamente.

Tabela 3.1. Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Estadual	M	155	06	140	06	153	05	148	05	183	07
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	92	05	62	03	45	03	59	03	64	03
Total Geral		247	11	202	09	198	08	207	08	247	10

Fonte: SERE, maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Tabela 3.2. Matrículas do ensino médio profissionalizante, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Estadual	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	35	02	26	02	25	02	14	02	17	02
	N	33	02	29	02	19	02	02	01	-	-
Total Geral		68	04	55	04	44	04	16	03	17	02

Fonte: SERE, maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

O rendimento destes alunos encontra-se demonstrado nas tabelas 3.3 e 3.4, mostrando que a evasão ainda é um dos grandes entraves desta etapa de ensino.

Tabela 3.3. Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Estadual	188	59	39	161	41	31	181	17	31	178	29	27

Fonte: Sistema SERE – matrículas da instituição de ensino, maio de 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Tabela 3.4. Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio profissionalizante, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Estadual	64	04	36	49	06	10	43	01	5	15	01	10

Fonte: Sistema SERE – matrículas da instituição de ensino, maio de 2015

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

O atendimento no Colégio é realizado por um quadro funcional composto por 51 servidores, entre profissionais do magistério (docentes e suporte pedagógico) e profissionais de apoio escolar (auxiliares administrativos e de serviços gerais).

Tabela 3.5. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	-	36	-	36
Docência (40 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Auxiliar administrativo (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Auxiliar de serviços gerais (20 horas)	-	06	-	01	-	-	07
Professor adaptado (40 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Total	-	06	-	01	44	-	51

Fonte: Portal Dia a Dia Educação do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, maio de 2015).

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

A adesão do Colégio ao pacto do ensino médio, com a oferta de capacitação aos professores, e do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), trouxeram bons resultados para a gestão escolar. A implantação da brigada escolar com a mobilização da comunidade escolar, a atuação do grêmio estudantil e as atividades de integração da escola com a comunidade, por meio da feira de ciências, feira de leitura, festival de talentos, jogos e gincanas interséries, são alguns pontos de destaque para a melhoria da qualidade do ensino ofertado no Colégio.

No entanto, ainda imperam alguns problemas que devem ser sanados como o elevado índice de evasão no período noturno, as dificuldades no acesso à internet, a falta de recursos para reparos e manutenção na estrutura física, a falta de funcionários especializados para atender os laboratórios de ciências e tecnológico, bibliotecário, inspetor de alunos, patrulha escolar, professor intérprete e professor de apoio permanente, dificuldade de reunir o conselho escolar e a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) para que sejam mais atuantes no contexto escolar, dificuldade em viabilizar a participação das famílias nas atividades propostas pela comunidade escolar, ou seja, eventos culturais, pedagógicos e acompanhamento dos filhos no cotidiano escolar e a falta de câmeras de vigilância para inibir vândalos e violência dentro e no entorno da escola.

Diante disso, os profissionais elencaram como prioridades para o Colégio: sensibilizar sobre a importância da educação, através de diálogos, palestras, contato com a família, depoimentos de ex-alunos que reconhecem a importância dos estudos; desenvolver ações sistematizadas do primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio que contemplem o letramento literário, desenvolvendo o gosto pela leitura, formando leitores proficientes; disponibilizar profissionais capacitados para atendimento nas salas de informática e laboratório, devidamente equipado; disponibilizar demanda de funcionários que atendam às necessidades da instituição; cobrar investimentos urgentes e necessários para possibilitar um ambiente adequado para a aprendizagem do aluno (existem goteiras, a iluminação é inadequada, as carteiras e as portas encontram-se danificadas, falta ar condicionado e a rede elétrica é deficitária); intensificar as parcerias que promovam o acesso à cultura e lazer; capacitar os motoristas para estarem aptos a lidarem com os estudantes do primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio; intensificar o trabalho com o regimento escolar, promovendo mesa redonda para discutir problemas e buscar soluções; utilizar metodologias e recursos midiáticos disponíveis na instituição para atender as dificuldades da aprendizagem dos alunos; atender os alunos com lacunas na aprendizagem de forma individual; encaminhar os alunos com baixa frequência ao Ministério Público utilizando a Ficha Fica.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

Atualmente (2015), não existem programas ou cursos ministrados na modalidade a distância no Município. No entanto, há uma grande demanda de pessoas que procuram essa modalidade de ensino em outros municípios nas mais diversas áreas de formação. Nesse sentido, ela está se tornando valorizada, pois disponibiliza às pessoas o acesso aos estudos, ou seja, é um mecanismo que favorece o tempo e espaço acarretando num maior desenvolvimento profissional. Diante desse contexto que estamos vivenciando atualmente a educação a distância vem de encontro às necessidades das pessoas.

Outro ponto relevante é possibilidade da oferta dos cursos de formação continuada onde a presença dessa modalidade é muito marcante e necessária, disponibilizando para as escolas municipais e/ou estaduais o desenvolvimento de um trabalho conjunto, associando teoria e prática.

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Mesmo após o trabalho incansável de erradicar o analfabetismo no Município, no censo demográfico de 2010 consta que 13% da população são analfabetas, enfatizando que a maior parte é de pessoas com idade acima de 40 anos. O êxodo rural é um dos fatores que reflete de forma negativa no Município e afeta diretamente o setor educacional.

Para esta população há a oferta da educação de jovens e adultos (EJA) na Escola Municipal João Paulo II e no Colégio Estadual Marcílio Dias, no período noturno.

Tabela 5.1. Oferta da EJA, 2015

Programas / Cursos	Local	Número de alunos atendidos	Turno
EJA Fase I	Escola Municipal João Paulo II	07	Noturno
EJA Fase II	Colégio Estadual Marcílio Dias	36	Noturno
EJA – ensino médio	Colégio Estadual Marcílio Dias	18	Noturno

Fonte: Escola Municipal João Paulo II e Colégio Estadual Marcílio Dias, maio de 2015.

Legenda: N – Noturno.

As duas instituições que oferecem a educação de jovens e adultos possuem infraestrutura adequada para o funcionamento desta modalidade de ensino, tendo salas de aula arejadas, com boa iluminação, móveis adequados e suficientes, banheiros, cozinha, refeitório e quadra esportiva.

O material disponibilizado consiste em livros didáticos, textos impressos, dicionários, entre outros, destacando-se que são adequados e suficientes para atender as perspectivas e a demanda dessa modalidade.

Para os alunos que frequentam as aulas na rede municipal e estadual, há disponibilidade de biblioteca e sala de informática. Não é desenvolvido nenhum projeto de informática específico, no entanto, os alunos utilizam essa ferramenta nos laboratórios de informática nas aulas normais.

Em relação à merenda, a mesma é ofertada tanto na rede municipal quanto na estadual, sendo preparada exclusivamente, com cardápio variado, de excelente qualidade e quantidade suficiente à demanda existente.

Aos educandos que moram na zona rural e na zona urbana, em localidades distantes, é ofertado o transporte escolar.

Os professores da EJA participam de encontros pedagógicos e cursos ofertados pelo Município em conjunto com os demais docentes, não sendo ofertada capacitação específica para essa área.

Segundo dados da Escola Municipal João Paulo II há dois alunos inclusos e com transtornos invasivos, os quais são atendidos por uma professora que tem formação em educação especial. Também existe a parceria com a Secretaria da Saúde para os casos que necessitem de atendimento especial.

Atualmente (2015), não existe nenhum setor ou pessoa responsável para coordenar os programas da EJA na rede municipal de ensino devido a pouca procura por esta modalidade de ensino.

A tabela 5.2 apresenta os recursos humanos da EJA da rede municipal e rede estadual, com a respectiva formação.

Tabela 5.2. Recursos humanos para o atendimento da EJA na rede municipal e estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Suporte pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Docência / fundamental municipal	-	-	-	-	01	-	01
Docência / fundamental estadual	-	-	-	-	07	-	07
Docência / médio estadual	-	-	-	-	04	-	04
Auxiliar administrativo (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Auxiliar de serviços gerais (20 horas)	-	03	-	-	-	-	03
Total	-	03	-	-	15	-	18

Fonte: Portal Dia a Dia Educação do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, e Escola Municipal João Paulo II, maio de 2015).

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que permite a inclusão social de jovens e adultos no sistema escolar, que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência, além disso, oportuniza aos alunos concluir os estudos que foram interrompidos por motivos diversos e não tiveram uma adequação pela distorção idade-série em seu itinerário escolar.

Esta modalidade de ensino também vem ao encontro dos idosos que buscam a escola não só para ampliação de conhecimentos, mas também como uma oportunidade de convívio social e de realização pessoal. São alunos cujos pais saíam para trabalhar e muitos deles já eram responsáveis, ainda crianças, pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos.

Contudo, esta modalidade de ensino ainda enfrenta problemas como a evasão escolar, pois muitos estudantes encontram dificuldades em adaptar-se ao desafio da volta à vida escolar. Outro aspecto é a falta de tempo para se dedicar aos estudos, devido ao cansaço do trabalho, no decorrer do dia, entre outras situações vividas em seu cotidiano. Por fim, um fato que dificulta os alunos da EJA é a frequência irregular, principalmente devido à grade de disciplinas do curso imposta pela SEED-PR.

Diante do levantamento deste diagnóstico, foram elencadas como ações prioritárias e necessárias para que a EJA possa garantir qualidade no seu atendimento: disponibilizar aos estudantes oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho; viabilizar formação continuada específica aos professores que atuam nesta modalidade de ensino; realizar atendimento individualizado para auxiliar os alunos em suas dificuldades; valorizar as experiências de vida que o aluno

traz consigo, como trabalhador e como adulto inserido num processo de produção; trabalhar conteúdos tendo como ponto de partida a prática social dos estudantes.

6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Por meio de sondagem realizada no ano de 2015, com pessoas da comunidade, entre eles, alguns alunos dos períodos matutino e noturno do ensino médio, e com os seus respectivos pais, pode-se observar que existem muitas pessoas que não conseguem trabalho por falta de emprego no Município. No entanto, para alguns empregos disponíveis, não há mão de obra devidamente qualificada, pois, muitas pessoas não procuram elevar o nível de formação e nem aprimorar os seus conhecimentos. Destaca-se que os setores que mais empregam no Município são as repartições públicas municipais e estaduais, o comércio local, o setor agrícola, a piscicultura e os serviços autônomos (pedreiro, pintor, carpinteiro).

Observou-se também que algumas dificuldades foram encontradas pelas pessoas na procura de emprego. As questões que mais foram citadas são escolaridade incompatível com a vaga, oferta de vagas limitadas em relação à procura, falta de trabalho na área de formação profissional e defasagem no salário.

Outro fator relevante é a falta de escolaridade, pois retrata que ainda há um contingente expressivo de pessoas que não terminaram os estudos, o que reflete na questão do desemprego, uma vez que a formação está intimamente interligada às vagas oferecidas, não somente no Município, mas em todo o país.

Também foi realizada uma consulta junto ao Centro Referencial de Assistência Social (CRAS), onde se verificou que vários foram os cursos ofertados no Município no ano de 2014, além da previsão para 2015. No entanto, o maior problema é a falta ou escassez na oferta de empregos, pois não há nenhuma empresa de grande porte instalada no Município.

O Município vem empregando recursos do Índice de Gestão Descentralizada em vários projetos de geração de renda oferecidos aos beneficiários do Programa Bolsa Família e comunidade. São cursos e oficinas de trabalhos artesanais nas mais diversas áreas: pintura, bordado, crochê, enxoval de bebê, entre outros. Estes cursos visam promover a melhoria de renda das famílias envolvidas.

Os cursos de capacitação ajudam os beneficiários do Programa Bolsa Família a buscar novas formas de melhorar a renda mensal. Desde 2006, Itambaracá também oferece aos beneficiários do Programa Bolsa Família o Programa ProJovem e o Projeto Florescer, que contempla oficinas como: violão, teclado, fanfarra, coral, música, balé, entre outras.

Periodicamente, a Secretaria Municipal de Educação e de Ação Social oferecem cursos semiprofissionalizantes em parceria com entidades governamentais e não governamentais tais como: auxiliar administrativo, manicure/pedicure, aplicador de revestimento cerâmico, modelista/confecções, operador de caixa, recepcionista, cuidador de idoso e cabeleireiro.

Verifica-se que apesar da demanda de cursos ofertados, muitas pessoas que concluíram os cursos não conseguem ingressar no mercado de trabalho por conta da escassez de emprego no Município. Uma questão desafiadora e prioritária é proporcionar um espaço físico fixo e adequado para a realização dos cursos e oficinas dos programas e projetos.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Como no município de Itambaracá não existe instituição especializada no atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais, o poder público municipal encaminha diariamente, em 2015, 30 alunos para a Escola Pequeno Príncipe - Educação Infantil, Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial do município de Bandeirantes. Esses educandos apresentam deficiência intelectual, deficiências múltiplas associadas com física, visual e auditiva e transtornos globais do desenvolvimento e específicos.

A Escola Pequeno Príncipe, foi fundada em março de 1979, tendo como mantenedora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bandeirantes.

Tabela 7.1. Evolução dos alunos de Itambaracá atendidos na Escola Pequeno Príncipe de Bandeirantes, 2011 – 2015

Níveis / Modalidades	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Educação Infantil (0 a 3 anos)	M	03	01	01	01	-	-	02	01	03	01
	V	01	01	02	01	02	01	01	01	03	01
Educação Infantil (4 a 6 anos)	M	01	01	01	01	02	01	-	-	01	01
	V	01	01	03	01	02	01	01	01	-	01
Ensino Fundamental	M	06	01	12	02	07	02	08	02	08	01
	V	03	01	04	01	04	01	06	02	07	01
Educação Profissional	M	06	02	03	01	06	02	05	01	05	02
	V	03	01	03	01	05	01	04	01	03	01
Total		24	09	29	09	28	09	27	09	30	09

Fonte: SERE, maio de 2015.

A Escola Pequeno Príncipe dispõe de uma infraestrutura interna considerada satisfatória, possuindo um bom número de salas de aula, salas de atendimento especializado e terapêutico, banheiros e rampas adaptadas à acessibilidade arquitetônica, refeitório, cozinha industrial, pátio, quadra esportiva (aguardando cobertura), piscina aquecida e coberta, casa lar, secretaria, sala dos professores, sala de coordenação, sala do clube de mães, almoxarifado, lavanderia, dispensa e estufa de plantas.

Tabela 7.2. Infraestrutura da Escola Pequeno Príncipe, 2015

(continua)

Itens	Avaliação da Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica	-	X	-	-	-
Água filtrada ou tratada	-	X	-	-	-
Esgoto	-	-	X	-	-
Sala de direção	-	X	-	-	-
Sala para a equipe pedagógica	-	X	-	-	-
Secretaria	X	-	-	-	-
Sala de professores	-	X	-	-	-
Sala de reuniões	-	-	-	-	-

Tabela 7.2. Infraestrutura da Escola Pequeno Príncipe, 2015

(encerra)

Itens	Avaliação da Situação				
	O	B	R	P	I
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	-	-	-	X
Auditório	-	-	-	-	X
Sala de televisão e/ou DVD	-	-	-	-	X
Almoxarifado (material escolar)	-	-	-	-	X
Refeitório	-	-	-	-	-
Depósito (material de limpeza)	-	X	-	-	-
Depósito de botijão de gás	X	-	-	-	-
Depósito de lixo	-	X	-	-	-
Cozinha	X	-	-	-	-
Despensa (alimentos)	-	X	-	-	-
Instalações sanitárias – alunos	-	X	-	-	-
Instalações sanitárias – funcionários/docentes	-	X	-	-	-
Pátio coberto	-	X	-	-	-
Quadra coberta	-	-	-	-	X
Piscina	X	-	-	-	-
Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)	-	-	-	-	X
Laboratório de informática	-	X	-	-	-
Laboratório de ciências	-	-	-	-	X
Acesso à internet para alunos	-	X	-	-	-
Acesso à internet para professores e funcionários	-	X	-	-	-
Mobiliário adequado à faixa etária	-	X	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao aluno	-	X	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao professor	-	-	X	-	-
Adequação às necessidades especiais	-	X	-	-	-

Fonte: Escola Pequeno Príncipe, maio de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

Os alunos de Itambaracá recebem na instituição atendimento na área pedagógica e nos setores de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e assistência social.

O atendimento acontece por uma equipe multidisciplinar formada por professores especializados na área de educação especial, bem como, por profissionais especializados dos setores terapêuticos (assistência social, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e hidroterapia).

O transporte destes alunos é realizado no período matutino e vespertino com um veículo cedido pela Prefeitura de Itambaracá, no entanto, trata-se de um veículo não adaptado.

A Escola Pequeno Príncipe prima pela participação ativa e favorável da família em relação aos educandos (ao processo ensino e aprendizagem e ao desenvolvimento social, emocional e pessoal) e vice-versa. A escola conta também com outras esferas da comunidade, elegendo-os como parceiros a fim de obter apoio e recursos para executar na prática o atendimento pedagógico e terapêutico a todos que necessitam desta modalidade específica na rede de ensino.

De modo geral, a instituição propõe ainda, atividades extracurriculares como por exemplo: passeios culturais, apresentações de dança e dramatização, participação em desfiles municipais e entretenimentos, promovendo com compromisso e responsabilidade aquilo que se pretende: acesso garantido ao ensino.

Tabela 7.3. Recursos humanos da Escola Pequeno Príncipe, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção	-	-	-	-	-	01	-	01
Orientação	-	-	-	-	-	01	-	01
Coordenação	-	-	-	-	-	01	-	01
Docência	-	-	-	-	-	28	-	28
Secretário escolar	-	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar de secretaria	-	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar administrativo	-	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	-	-	02	-	-	-	-	02
Auxiliar de serviços gerais	01	01	09	-	03	-	-	14
Servente	-	01	-	-	-	-	-	01
Guarda-noturno	-	01	-	-	-	-	-	01
Total	01	03	11	-	06	31	-	52

Fonte: Escola Pequeno Príncipe, em maio 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

A Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá, preocupada com os educandos inseridos nas salas de aula do ensino fundamental anos iniciais que apresentavam alguns transtornos ou dificuldades de aprendizagem, implantou em 2013, duas salas de apoio, uma na Escola Municipal Sebastião Severino da Silva e outra na Escola Municipal João Paulo II, ofertando um atendimento mais individualizado para os alunos que ainda não apresentavam laudos médicos e avaliação psicoeducacional.

Paralelamente, a Secretaria, por meio da coordenadora da Educação Especial, entrou com processo via Núcleo Regional de Educação para a implantação de sala de recursos e classe especial.

Em 2014, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou profissionais na área de psicologia e fonoaudiologia para atendimentos dos alunos nas escolas.

No início de 2015, foi aprovado o processo de abertura das duas salas, sendo que a classe especial funciona na Escola Municipal João Paulo II, no período matutino, contando com atendimento diário de quatro alunos. A sala de recursos funciona na Escola Municipal Sebastião Severino da Silva atendendo 16 alunos em contraturno, no período vespertino, ambas com professores especializados.

O Colégio Estadual Marcílio Dias conta com duas salas de apoio, atendendo no ensino fundamental anos finais em contraturno, alunos com dificuldades de aprendizagem nas áreas da língua portuguesa e matemática. Destaca-se ainda que o Colégio possui um aluno no 7º ano que apresenta baixa visão, outro no 8º ano com deficiência motora e de fala e uma aluna com deficiência auditiva

no 3º ano de ensino médio, sendo que estes alunos encontram-se inclusos no ensino regular.

Tabela 7.4. Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Em números			
	Classe Especial		Sala de Recursos Multifuncionais	
	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal João Paulo II	04	01	-	-
Escola Municipal Sebastião Severino da Silva	-	-	16	01
Total	04	01	16	01

Fonte: Escolas Municipais João Paulo II e Sebastião Municipal Severino da Silva, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas.

Tabela 7.5 Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015

Etapas / Modalidades de ensino	Quantidade de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Ensino Fundamental (anos iniciais)	19	24	25	33
Ensino Fundamental (anos finais)	02	02	02	04
Ensino Médio	00	01	01	01
Educação de Jovens e Adultos	00	01	01	02
Total	21	28	29	40

Fonte: Escolas Municipais João Paulo II e Sebastião Severino da Silva e Coordenadora da Educação Especial, maio 2015.

Tabela 7.6. Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação por etapa/modalidade de ensino, inclusos em classes regulares em 2015

Alunos com:	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos
	0 a 3 anos	4 a 5 anos	Anos iniciais	Anos finais	Regular	
Deficiência Física	-	-	-	01	-	-
Deficiência Intelectual	-	-	20	02	-	-
Deficiência Mental	-	-	-	-	-	-
Deficiência Sensorial	-	-	03	-	-	-
Autismo clássico	-	-	-	-	-	-
Síndrome de Asperger	-	-	-	-	-	-
Síndrome de Rett	-	-	-	-	-	-
Psicoses	-	-	-	-	-	-
Transtornos invasivos	-	-	09	-	-	02
Altas habilidades /superdotação	-	-	01	-	-	-
Surda/muda	-	-	-	-	01	-
Baixa visão	-	-	-	01	-	-
Totais	-	-	33	04	01	02

Fonte: Escolas Municipais João Paulo II e Sebastião Severino da Silva e Coordenadora da Educação Especial, maio 2015.

De uma forma geral, a Escola Municipal Sebastião Severino da Silva e a Escola Municipal João Paulo II, dispõem de uma infraestrutura interna considerada boa, no entanto, o espaço físico atende parcialmente as especificidades dos portadores de necessidades especiais, levando em consideração a acessibilidade.

Tabela 7.7. Infraestrutura das Escolas Municipais Sebastião Severino da Silva e João Paulo II, 2015

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica		X			
Água filtrada ou tratada		x			
Esgoto		X			
Sala de direção	compartilhada				
Sala de supervisão e/ou coordenação pedagógica					
Sala de orientação educacional	Não possui				
Secretaria		x			
Sala de professores		x			
Sala de reuniões	Não possui				
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	compartilhada				
Sala de recursos didáticos	Não possui				
Auditório	Não possui				
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	Não possui				
Almoxarifado (material escolar)		x			
Refeitório	X				
Depósito (material de limpeza)			X		
Depósito de botijão de gás		X			
Depósito de lixo		X			
Cozinha	x				
Despensa (alimentos)		X			
Instalações sanitárias – alunos		X			
Instalações sanitárias – professores/funcionários			x		
Campo esportivo	Não possui				
Quadra poliesportiva	Não possui				
Quadra de esportes coberta		x			
Piscina	Não possui				
Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)	Não possui				
Laboratório de informática	compartilhado				
Laboratório de ciências	Não possui				
Acesso à internet para alunos	Não possui				
Acesso à internet para professores e funcionários		X			
Mobiliário adequado à faixa etária	Parcialmente				
Material pedagógico de apoio ao aluno	Parcialmente				
Material pedagógico de apoio ao professor	Parcialmente				
Adequação às características das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	Parcialmente				

Fonte: Escolas Municipais João Paulo II e Sebastião Severino da Silva, maio 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

As professoras que trabalham com a classe especial e sala de recursos são docentes efetivas do quadro próprio do magistério municipal, devidamente

habilitadas para o exercício da função. Contudo, a maioria dos outros professores não possui habilitação específica na área de educação especial. No momento, devido à implantação das referidas salas e com a demanda já sendo atendida, o número de professores é suficiente, porém, se houver um aumento no número de alunos o quadro de professores será insuficiente.

Tabela 7.8. Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015

Formação	Número de professores	
	Rede Municipal	Rede Estadual
Formação Específica	02	-
Outra Formação	15	29
Intérprete de LIBRAS	-	01
Total	17	30

Fonte: Escolas Municipais João Paulo II e Sebastião Severino da Silva, maio 2015.

As tabelas a seguir resumem quais os atendimentos que são oferecidos aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas duas redes de ensino.

Tabela 7.9 Atendimento da educação especial na rede municipal de ensino, 2015

(continua)

Atendimento	Total de instituições que responderam		
	Sim	Não	Em parte
Oferta às crianças da faixa etária de 0 a 3 anos etária a estimulação precoce.	-	02	-
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	-	02	-
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	01	01	-
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal.	-	02	-
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal.	-	02	-
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	-	02	-
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	-	02	-
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	01	01	-
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis ulteriores de ensino.	-	02	-

Tabela 7.9 Atendimento da educação especial na rede municipal de ensino, 2015

(encerra)

Atendimento	Total de instituições que responderam		
	Sim	Não	Em parte
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	-	-	02
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	-	02	-
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	02	-	-
No caso da existência de superdotados, a instituição de ensino desenvolve projetos de aceleração para estes alunos ou de enriquecimento curricular.	-	02	-
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	02	-	-

Fonte: Escolas Municipais João Paulo II e Sebastião Severino da Silva, maio 2015.

Tabela 7.10. Atendimento da educação especial na rede estadual de ensino, 2015

(continua)

Atendimento	Total de instituições que responderam		
	Sim	Não	Em parte
Oferta às crianças desta faixa etária a estimulação precoce (responda somente se a instituição atender alunos da faixa etária de 0 a 3 anos).	-	03	-
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	-	03	-
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	-	03	-
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal (responda somente se a instituição possuir estes alunos e oferecer o Ensino Fundamental).	-	03	-
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal (responda somente se a instituição possuir classes especiais e/ou salas de recursos multifuncionais).	-	03	-
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	-	03	-

Tabela 7.10. Atendimento da educação especial na rede estadual de ensino, 2015

(encerra)

Atendimento	Total de instituições que responderam		
	Sim	Não	Em parte
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	-	03	-
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	01	-	02
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis superiores de ensino.	01	02	-
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	-	01	02
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	01	02	-
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	01	02	-
No caso da existência de superdotados, a instituição de ensino desenvolve projetos de aceleração para estes alunos ou de enriquecimento curricular.	01	02	-
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	01	02	-

Fonte: Colégios Estaduais, maio 2015.

8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A valorização dos profissionais da educação de Itambaracá se deu por intermédio da Lei nº 1.011, de 04 de outubro de 2002, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal. Até então, estes profissionais tinham como garantia a Lei nº 694/94, que instituiu o plano de organização de pessoal da Prefeitura de Itambaracá.

A partir da Lei nº 1.011/2002 e da Lei nº 1.080/2005, de 30 de junho de 2005 (alterações de artigos da Lei nº 1.011/2002), a carreira do magistério público municipal passou a ser integrada pelo cargo de provimento efetivo de professor abrangendo o Ensino Fundamental e a Educação Infantil e estruturada em quatro classes:

- para o cargo de Professor as formações em
 - o Nível A – formação em nível médio, na modalidade normal;
 - o Nível B – formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;
 - o Nível C – formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, *lato sensu*, na área da educação, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;
 - o Nível D – formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, *stricto sensu*, em cursos de mestrado ou doutorado na área da educação.
- para o cargo de Professor de Educação Infantil:
 - o Nível A – formação em nível médio, na modalidade normal;
 - o Nível B – formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena;
 - o Nível C – formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, *lato sensu*, na área da educação, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;
 - o Nível D – formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena acompanhada da formação em nível de pós-graduação, *stricto sensu*, em cursos de mestrado ou doutorado na área de educação.

O ingresso na carreira do magistério público municipal acontece por meio de concurso público de provas e títulos, sendo exigida para atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a formação em nível superior, em curso de licenciatura plena, curso normal superior ou pedagogia com

habilitação específica para a área de atuação, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal.

O profissional da educação, nomeado para o provimento efetivo no cargo de professor e de professor de educação infantil, fica sujeito ao período de estágio probatório, com duração de três anos. O profissional do magistério é submetido no decorrer desse período a avaliações periódicas anuais, nos termos de regulamento próprio. Caso seja constatado, pelas avaliações, que o profissional não preenche os requisitos necessários para o desempenho de suas funções, é iniciado um processo administrativo pelas autoridades competentes, podendo ser o mesmo dispensado ou não de suas funções.

A remuneração dos profissionais do magistério corresponde ao vencimento relativo à referência em que o mesmo se encontra na tabela salarial vigente, acrescido das vantagens pecuniárias a que faz jus. Considera-se vencimento básico de carreira o fixado para a referência inicial, na classe de nível mínimo de habilitação.

Tabela 8.1. Tabela salarial para o cargo de professor (20 horas), vigente em 2015

(continua)

Níveis	Classes						
	1	2	3	4	5	6	7
A	958,89	987,66	1.016,42	1.045,19	1.073,96	1.102,72	1.131,49
B	1.150,67	1.185,19	1.219,71	1.254,23	1.288,75	1.323,27	1.357,79
C	1.246,56	1.283,95	1.321,35	1.358,75	1.396,14	1.433,54	1.470,94
D	1.342,45	1.382,72	1.422,99	1.463,27	1.503,54	1.543,81	1.584,09

(encerra)

Níveis	Classes							
	8	9	10	11	12	13	14	15
A	1.160,26	1.189,02	1.217,79	1.246,56	1.275,32	1.304,09	1.332,86	1.361,62
B	1.392,31	1.426,83	1.461,35	1.495,87	1.530,39	1.564,91	1.599,43	1.633,95
C	1.508,33	1.545,73	1.583,13	1.620,52	1.657,92	1.695,32	1.732,71	1.770,11
D	1.624,36	1.664,63	1.704,91	1.745,18	1.785,45	1.825,73	1.866,00	1.906,27

Fonte: Anexo da Lei nº 1.173/08.

Tabela 8.2. Tabela salarial para o cargo de professor de educação infantil (30 horas), vigente em 2015

(continua)

Níveis	Classes						
	1	2	3	4	5	6	7
A	1.438,34	1.481,49	1.524,64	1.567,79	1.610,94	1.654,09	1.697,24
B	1.726,01	1.777,79	1.829,57	1.881,35	1.933,13	1.984,91	2.036,69
C	1.869,84	1.925,94	1.982,03	2.038,13	2.094,22	2.150,32	2.206,41
D	2.013,68	2.074,09	2.134,50	2.194,91	2.255,32	2.315,73	2.376,14

(encerra)

Níveis	Classes							
	8	9	10	11	12	13	14	15
A	1.740,39	1.783,54	1.826,69	1.869,84	1.912,99	1.956,14	1.999,29	2.042,44
B	2.088,47	2.140,25	2.192,03	2.243,81	2.295,59	2.347,37	2.399,15	2.450,93
C	2.262,51	2.318,60	2.374,70	2.430,79	2.486,89	2.542,99	2.599,08	2.655,18
D	2.436,55	2.496,96	2.557,37	2.617,78	2.678,19	2.738,60	2.799,01	2.859,42

Fonte: Anexo da Lei nº 1.173/08.

O avanço horizontal é a progressão de uma classe para outra imediatamente superior, dentro do mesmo nível, mediante acréscimo de 3% para cada classe, ocorrendo a cada interstício de 24 meses de efetivo exercício, mediante critérios devidamente pontuados que decorre de avaliação que considera o desempenho, a qualificação e os conhecimentos do profissional do magistério.

As avaliações de desempenho e de conhecimentos são realizadas anualmente, enquanto a pontuação de qualificação a cada dois anos. A avaliação de conhecimentos abrange conteúdos específicos para o exercício da função do profissional do magistério e está associada às atividades de capacitação promovidas ou oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

O avanço vertical (passagem de um nível para o outro) se dá por habilitação ou titulação e é automática, vigorando no mês subsequente àquele em que o interessado apresenta o comprovante da nova habilitação ou titulação.

Quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério, esta é parcial ou integral e corresponde a 20 horas semanais para o cargo de professor e 30 horas semanais para o cargo de professor de educação infantil. A jornada de trabalho dos profissionais do magistério em função docente inclui uma parte de

hora aula e uma parte de hora atividade, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional

No início de cada ano letivo, de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, é realizada uma reunião entre professores e direção, para se determinar de que forma será organizada a hora atividade. Em 2015, foi determinado que, enquanto o professor titular está em sua hora atividade, outro professor assume a turma e desenvolve atividades variadas de acordo com o planejamento.

Nas escolas municipais durante a hora atividade são dadas aulas de educação física e informática em todos os anos.

Quanto à jornada em regime suplementar, o professor em jornada de 20 horas e que não esteja em acúmulo de cargo, emprego ou função pública, pode ser convocado ou convidado para prestar serviço em regime suplementar, até o máximo de 20 horas semanais, para substituição temporária de professores em função docente, para cumprir a hora atividade ou para qualquer outra eventualidade que venha ocorrer durante o ano letivo. A remuneração desse profissional ocorre proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho e é baseada no seu vencimento básico, ou seja, no nível e na classe em que se encontra posicionado na tabela de vencimentos. A remuneração para a jornada em regime suplementar é integrada proporcionalmente para o cálculo de concessão do 13º salário e 1/3 de férias, observando-se o tempo de serviço no período aquisitivo.

Após cada quinquênio de efetivo exercício, o profissional do magistério pode, no interesse do ensino e sem prejuízo do mesmo, licenciar-se, do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, pelo prazo máximo de três meses, para participar de cursos de qualificação profissional, de acordo com regulamentação específica, por ato do poder executivo.

A cedência ou cessão é sem ônus para o ensino municipal e é concedida pelo prazo máximo de um ano, renovável anualmente segundo o interesse e a conveniência da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Em casos excepcionais, a cedência ou cessão pode dar-se com ônus para o ensino municipal quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial; quando o profissional for cedido para desenvolver atividades em programas ou projetos específicos na área da educação, voltados ao desenvolvimento da educação infantil ou do ensino fundamental, em órgãos públicos ou instituições privadas sem fins lucrativos; quando a entidade, ente federado ou órgão solicitante compensar a rede municipal de ensino com profissional habilitado para o exercício de funções de magistério ou com serviço de valor equivalente ao custo anual do cedido. A cedência ou cessão para exercício de atividades estranhas ao magistério ou não estabelecidas no Plano de Carreira, interrompe o interstício para a promoção horizontal.

A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, é assegurada por meio de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas de programas de aperfeiçoamento e capacitação. A Secretaria Municipal de Educação oferece um mínimo de 40 horas anuais de cursos, programas de aperfeiçoamento e capacitação para todos os profissionais do magistério público municipal.

Em 2015, o quadro de recursos humanos da rede municipal de ensino é formado por 67 cargos de professores e sete cargos de professores de educação infantil, sendo 53 em sala de aula exercendo a função de docência, professor de hora atividade e auxiliar de sala e 18 atuando em outras funções de suporte pedagógico na Secretaria Municipal de Educação, nas escolas municipais e CMEIs (assessoria pedagógica, direção e equipe pedagógica). Destaca-se também que há cinco professores que atuam na educação infantil em regime de contrato (APMI), bem como, dois professores que estão cedidos para outras secretarias e um em afastamento sem remuneração.

Alguns professores trabalham em regime de turno suplementar, para atendimento às licenças especiais, licença maternidade, licença médica, entre outras particularidades emergenciais. Também são contratados estagiários, o que possibilita um atendimento mais eficaz e de qualidade.

Dentre os professores efetivos da rede municipal de ensino há uma projeção de 27 aposentadorias para os próximos dez anos.

A tabela 8.3 apresenta a distribuição dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, segundo o nível de formação.

Tabela 8.3. Formação dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação					Total
	Concluída			Em curso		
	MG	LIC	ESP	LIC	ESP	
Direção	-	-	06	-	-	06
Equipe pedagógica	-	-	08	-	-	08
Assessoria pedagógica	-	-	04	-	-	04
Docência (concurso)	04	07	35	03	04	53
Docência (contrato)	-	03	02	-	-	05
Total	04	10	55	03	04	76

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Legenda: MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização.

Os cursos de capacitação ofertados para os professores estão sendo realizados nas datas previstas em calendário escolar, por meio da assessoria pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, bem como contratação de profissionais para ministrarem os referidos cursos, visando atender a expectativa destes profissionais no que tange ao ensino e aprendizagem.

Em 2014 e 2015, foram realizados por meio da Secretaria Municipal de Educação, cursos, grupos de estudos por área, oficinas culturais e reuniões

pedagógicas em parceria com a Cooperativa de Crédito Sicredi, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), SEFE, entre outros, com todos os professores municipais, estagiários e alguns professores estaduais.

9. FINANCIAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

De acordo com a Lei 9394/96, art. 68, os recursos públicos destinados à educação são aqueles originários de receita de impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; de receita de transferências constitucionais e outras transferências; da receita do salário-educação e de outras contribuições sociais e da receita de incentivos fiscais e outros recursos previstos em lei.

O financiamento da educação pública no Brasil é realizado por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Os impostos próprios do Município continuam todos exonerados do Fundo, sem embargo de que a quarta-parte deles (25%) seja aplicada, todo ano, nos níveis de sua competência: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (art. 211, §2º da Constituição Federal), como é o caso do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), ISS (Imposto sobre Serviços) e o ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis).

As tabelas a seguir mostram quais são os recursos públicos destinados à educação e os recursos aplicados em educação, além dos gastos com a merenda e transporte escolar.

Tabela 9.1. Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015

Receitas	2013	2014	2015 (Previsão)
Receita de Impostos	163.042,03	125.272,38	140.695,50
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	2.655.600,65	2.830.509,15	3.656.620,00
Total da Receita Bruta de Impostos (1+2)	2.818.642,68	2.955.781,53	3.797.315,50
Receita da Aplicação Financeira de Outros Recursos Vinculados ao Ensino	5.784,42	14.868,51	20.220,75
Receitas de Transferências do FNDE	311.518,37	635.834,45	468.996,00
Receitas de Transferências de Convênios	65.660,21	478.120,01	0,00
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas para Financiamento do Ensino	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino (4+5+6+7+8)	382.963,00	1.128.822,97	489.216,75
Receitas Destinadas ao FUNDEB	2.066.674,08	2.202.370,80	2.925.296,00
Receitas Recebidas do FUNDEB	1.917.520,39	2.097.522,59	2.925.296,00
Transferências de recursos do FUNDEB	1.915.447,99	2.093.606,58	2.909.566,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00
Receita da aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	2.072,40	3.916,01	15.730,00
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (11.1 – 10) = Acréscimo resultante das transferências do FUNDEB	-151.226,09	-108.764,22	0,00

Fonte: Departamento de Contabilidade, 2015.

Sigla: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tabela 9.2. Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Educação infantil	Ensino fundamental	Educação especial	EJA	Total
2013	237.829,55	2.987.277,19	24.000,00	11.984,10	3.261.094,84
2014	383.851,19	3.913.237,16	24.000,00	546,00	4.321.634,35
2015 (previsão)	188.400,00	4.613.712,25	39.600,00	6.050,00	4.847.762,25

Fonte: Departamento de Contabilidade, 2015.

Tabela 9.3. Indicadores de educação, 2013 – 2015

Indicadores	2013	2014	2015 (previsão)
Total de Matrículas providas pelo Município (Rede Municipal e Estadual)	1.514	1.406	1.329
Total de Matrículas providas pelo Município (Rede Municipal)	797	746	721
Total de Usuários do Transporte Escolar	540	871	765
Total de Alunos atendidos com a Merenda Escolar Municipal	797	746	721
Gastos com Educação – Recursos Próprios	249.670,20	921.901,97	589.000,00
Gastos com Educação – Recursos FUNDEB	1.917.520,39	2.097.522,59	2.925.296,00
Gastos com Educação – Recursos de Outras Fontes	1.093.900,25	1.302.209,79	1.376.966,25
Total de Gastos com Educação	3.261.090,84	4.321.634,35	4.891.262,25
Quantidade de Docentes	78	76	76
Total de Docentes Pagos com Recursos do FUNDEB	73	71	71
Total de Gastos com Pagamento de Docentes do FUNDEB	1.146.201,92	1.263.446,05	-
Total de Servidores na Educação	40	41	41

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Contabilidade, maio de 2015.

Tabela 9.4. Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015

Indicadores Legais	2013	2014	2015 (previsão)
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	26,08%	31,69%	25,00%
Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério	60,00%	60,00%	60,00%
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério	40,00%	40,00%	40,00%

Fonte: Departamento de Contabilidade, 2015.

Como o recurso recebido do governo federal para a manutenção da merenda escolar é insuficiente, o Município realiza a complementação. Em 2015, em torno de 21% de recursos municipais deverão complementar os gastos com a merenda.

Tabela 9.5. Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015

Ano	Valor Total	Repasse Federal	% Investido pela Prefeitura
2013	157.487,59	80.408,20	48,94
2014	203.440,59	92.617,08	54,47
2015*	225.000,00	175.813,00	21,86

Fonte: Departamento de Contabilidade, 2015.

(*) Previsão.

O Programa do Transporte Escolar (federal e estadual) destina recursos para a manutenção dos veículos que transportam os alunos da educação básica, complementado com recursos próprios do Município. A frota do transporte escolar do Município é composta por quatro ônibus e dois micro-ônibus. Em média, são transportados diariamente mais de 700 alunos, tanto da rede municipal como estadual.

Tabela 9.6. Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015

Ano	Próprios	Estaduais	Quota Salário-Educação	FUNDEB	MDE	Outros	Total
2013	84.024,68	40.765,42	158.664,94	12.386,70	83.780,34	-	379.622,08
2014	11.390,39	41.944,77	-	14.327,06	180.120,97	10.812,85	258.596,04
2015 (*)	15.000,00	45.000,00	40.000,00	20.000,00	220.000,00	12.000,00	352.000,00

Fonte: Departamento de Contabilidade, maio de 2015.

(*) Previsão.

Tabela 9.7. Frota própria de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2015

Ano	Ônibus	Carro	Caminhonete	Micro-ônibus	Total da Frota
2013	04	01	-	02	07
2014	04	-	01	02	07
2015	04	-	-	03	07

Fonte: Sistema de Gestão do Transporte Escolar – SIGET, maio de 2015.

Tabela 9.8. Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015

Ano	Rede municipal	Rede estadual	Outros	Total
2013	393	147	-	540
2014	718	153	-	871
2015	690	75	-	765

Fonte: SERE, maio de 2015.

Tabela 9.9. Alunos transportados ao ano, segundo o trajeto, 2013 – 2015

Ano	Número total de alunos	Percentuais	
		Urbano *	Rural **
2013	540	68,8	31,1
2014	871	56,4	43,5
2015	765	60,1	39,8

*Alunos que utilizam o transporte escolar somente na zona urbana.

** Alunos que utilizam o transporte escolar somente na zona rural.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, maio de 2015.

Os critérios para os alunos serem atendidos pelo transporte escolar são definidos em legislação própria e as escolas municipais e estaduais possuem o controle desses alunos para cadastramento no SERE, repassando os dados periodicamente para a Secretaria Municipal de Educação.

Os veículos utilizados para o transporte escolar não possuem adaptação para os alunos com necessidades educativas especiais.

O controle social é realizado pelos conselhos instituídos no Município como o Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

10. GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto localiza-se em prédio próprio, no centro da cidade, estando organizada em três departamentos: Educação, Cultura e Desporto. A mesma encontra-se informatizada, tendo acesso à internet, cuja manutenção é realizada pelo suporte técnico terceirizado, contratado através de licitação.

O Departamento de Educação é responsável pela administração e representação dos estabelecimentos municipais de ensino, no sentido de garantir os objetivos educacionais, a fim de proporcionar condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo. Em relação ao seu Organograma, este consiste em um Dirigente Municipal, designado por ato do Prefeito, quatro assessoras pedagógicas concursadas, uma recepcionista contratada e um profissional efetivo na área administrativa.

O Departamento da Cultura é um setor vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Educação, responsável pela manutenção da biblioteca e do museu, bem como dos eventos culturais realizados no Município.

O Departamento de Desporto abrange o lazer do Município, contando para isso com uma escolinha de esporte nas modalidades do handebol, futebol de campo e suíço. O Departamento também oferece apoio às escolas municipais, estaduais e aos times do Município.

Tabela 10.1. Organização das instituições de ensino da rede municipal, 2015

Etapas da educação básica	Número de alunos	Número de turmas	Número de docentes	Quantidade de salas de aula	Média aluno por turma	Jornada do aluno (horas/dia)
Creche	69	03	04	03	21	8 horas
Pré-Escola	195	10	21	08	19	4 horas
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	348	14	24	08	25	4 horas
Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Período Integral)	102	05	14	06	21	8 horas

Fonte: Formulários encaminhados pelos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais, maio de 2015.

Além dos CMEIs, a Escola Municipal João Paulo também oferta a educação em tempo integral, desde 2004.

Tabela 10.2. Laboratórios de informática, 2015

Instituição de Ensino	Número de computadores	Número de alunos atendidos	Nível ou modalidade de ensino dos alunos atendidos
Centro Municipal de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira	20	66	Educação Infantil – Pré-Escola
Escola Municipal João Paulo II	18	109	Ensino Fundamental – Anos Iniciais
Escola Municipal Sebastião Severino da Silva	19	348	Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Fonte: Formulários encaminhados pelos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais, maio de 2015.

Os laboratórios dos CMEIs e escolas municipais possuem acesso à internet, as aulas são ministradas na hora atividade contemplando uma aula cada turma. Estas aulas, que estão contempladas no projeto político pedagógico, são ministradas por dois professores não habilitados, mas que possuem curso de informática. Todos os professores das instituições de ensino têm acesso ao laboratório de informática, porém, este não é disponibilizado à comunidade.

O Centro de Educação Infantil Maria Guedes Maluta no momento não possui laboratório de informática, mas pretende implantá-lo tão logo, a Supercreche seja inaugurada.

Para a comunidade em geral, a Prefeitura assinou um termo de doação de encargos junto ao Ministério das Comunicações em 2007, visando a instalação e implantação de um Telecentro Comunitário. O Município recebeu do Ministério das Comunicações um Kit Telecentro Comunitário composto por equipamentos de informática e mobiliário, tendo como finalidade promover a inclusão digital para um número maior de pessoas, dando condições de acesso às tecnologias de informação e comunicação, permitindo de forma democrática que toda comunidade tenha acesso ao mundo informatizado.

O Telecentro funciona em uma sala localizada no mesmo espaço onde funciona a Biblioteca Pública Municipal. A Prefeitura tem o compromisso de zelar pela manutenção e funcionamento dos equipamentos, bem como, disponibilizar um profissional para o atendimento.

Fazem parte do Kit Telecentro Comunitário: um computador servidor; dez computadores em rede; um data show (projektor multimídia); um roteador; uma impressora a laser; uma câmera de vídeo (central de monitoramento remoto); 11 estabilizadores de voltagem; 11 mesas para computador; uma mesa para impressora; uma mesa para assistente; um armário e 21 cadeiras de multiuso.

Na rede estadual, o Colégio Estadual Marcílio Dias e as Escolas Estaduais do Campo do Bairro Raul Marinho e Mirazinha Braga também possuem

laboratórios de informática. A utilização destes laboratórios está contemplada nos projetos políticos pedagógicos.

Os recursos tecnológicos existentes na maioria das escolas do Município são: televisão, DVD, antena parabólica, data show, telão, notebook, computador, impressora, aparelho e caixa de som, aparelho multimídia.

A Secretaria Municipal de Educação dispõe de telefone, aparelho de fax, máquina copiadora, um aparelho de data show e telão. Estes equipamentos são utilizados nos cursos de capacitação. Para 2015 e 2016, já estão previstas a aquisição de outros aparelhos tecnológicos como computadores, impressoras, entre outros.

IV - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Itambaracá, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos. Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Livro História do Paraná. Editora Grafipar. 1969.

SITES CONSULTADOS

www.inep.gov.br

www.seed.pr.gov.br